Núcleo de Estudos de
Antropologia, Patrimônio,
Memória e Expressões Museais

II Seminário NEAP

"O trabalho da memória e processos de patrimonialização"

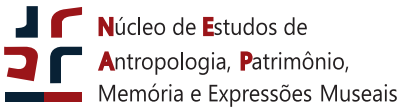
ANAIS

2 a 4 de setembro de 2014

NEAP – FCS – UFG – Goiânia, GO, Brasil

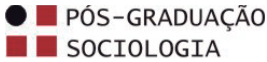
CÂNONE editorial

Realização



Patrocínio

Apoio



CRÉDITOS

Comissão Organizadora

Coordenação Geral: Telma Camargo da Silva
Colegiado do NEAP: Nei Clara de Lima, Camila Azevedo de Moraes Wichers, Marina Roriz Rizzo Lousa da Cunha

Comissão Executiva

Coordenação: Telma Camargo da Silva
Integrantes: Camila Azevedo de Moraes Wichers, Janine Helfst Leicht Collaço, Manuel Ferreira Lima Filho

Coordenação Financeira

Telma Camargo da Silva

Secretaria do Evento

Elton Sidiglei Padilha

Subcomissões

Coordenação das Palestras, Mesas-Redondas, Oficina e Gts.: Camila Azevedo de Moraes Wichers, Ivanilda A. Andrade Junqueira, Izabela Maria Tamaso, Janine Helfst Leicht Collaço, Manuel Ferreira Lima Filho, Telma Camargo da Silva, Vânia Dolores Estevan de Oliveira, Vera Wilhelm

Credenciamento, sinalização e infraestrutura do evento

- **Alocação de salas e sinalização:** Elton Sidiglei Padilha, Glauber Guedes F. de Lima, Gustavo de Oliveira Araujo, Telma Camargo da Silva, Wellington Vinicius de Oliveira Filho
- **Montagem das pastas:** Aline Lopes Murillo, Nayalla Nunes Duailibe, Telma Camargo da Silva

- **Credenciamento e entrega das pastas:** Marina Naves
- **Lista de presença:** Elton Sidiglei Padilha, Marina Naves
- **Sistema de som e multimídia:** Gustavo de Oliveira Araujo, Rafael Martins, Thiago Cazarim da Silva
- **Registro fotográfico:** Nayalla Nunes Duailibe

Criação e produção do material para divulgação: Isabella Marques de Andrade**,** Marina Roriz Rizzo Lousa da Cunha, Pedro Henrique do Valle Rosa

Elaboração e execução do projeto de extensão: Telma Camargo da Silva

Emissão e envio de certificados: Aline Lopes Murillo, Nayalla Nunes Duailibe, Rafaella Eloy de Novaes, Tatiana Tucunduva, Telma Camargo da Silva

Financiamento

Gabriel O. Alvarez (Projeto PROCAD-CASADINHO – *Antropologia, Cidadania e Diferença* – CAPES-CNPq (UFG-UFRGS-UFSC)

Janine Helfst Leicht Collaço (CAPES - Edital – Programa PAEP 2014)

Manuel Ferreira Lima Filho (CNPq/UFG – Museu Antropológico/ PPGAS – Museu Nacional – UFRJ)

Telma Camargo da Silva (FAPEG - Edital – Chamada Pública n. 001/2014 – Termo de Concessão – n. 10957; PROEC – UFG – Projeto de Extensão – 2014)

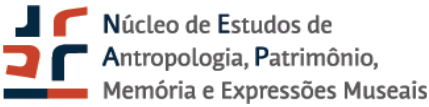
Hospedagem

Janine Helfst Leicht Collaço
Manuel Ferreira Lima Filho
Telma Camargo da Silva

Produção dos Anais Impressos: Camila Azevedo de Moraes Wichers, Telma Camargo da Silva, Thiago Cazarim da Silva, Vânia Dolores Estevan de Oliveira

Transporte

- **Planejamento e elaboração de planilha:** Camila Azevedo de Moraes Wichers, Telma Camargo da Silva
- **Execução:** Glauber Guedes F. de Lima, Gustavo de Oliveira Araujo, Wellington Vinicius de Oliveira Filho



GESTÃO DO NEAP – PERÍODO: 2014-2015

Coordenação: Telma Camargo da Silva

Colegiado: Nei Clara de Lima, Camila Azevedo de Moraes Wichers, Marina Roriz Rizzo Lousa da Cunha (2014), Nayalla Nunes Duailibe (2015)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO_____11

PROGRAMAÇÃO: GRADE GERAL DE ATIVIDADES E HORÁRIOS_____15

RESUMOS EXPANDIDOS_____21

GT-01 PROBLEMATIZANDO AS NARRATIVAS DE MEMÓRIA_____23

Práticas arqueológicas, processos de patrimonialização e memória social na contemporaneidade: potencialidades e desafios
Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG)_____25

Arquivos e práticas musicais de Pilar de Goiás: estudo preliminar sobre o esquecimento na História da Música de Goiás
Thiago Cazarim (UFG)_____30

Pesquisa e memória: inquietações antropológicas sobre um estudo feito sob escopo biomédico
Rafaella Eloy de Novaes (UFG)_____35

MR-01 PATRIMÔNIO E ALIMENTAÇÃO_____41

Patrimônio, cultura e alimentação: questões contemporâneas – dinâmicas urbanas e o uso da noção de patrimônio cultural no caso da cozinha italiana na cidade de São Paulo
Janine Helfst Leicht Collaço (UFG)_____43

MR-02 INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E MEMÓRIA_____49

Os amigos, os pacientes e o sistema: memórias e práticas de trabalho na atenção primária de saúde no Distrito Federal
Soraya Fleischer (UnB)_____51

Patrimônio cultural da Saúde em Goiás: acervos arquitetônicos e arquivísticos
Rildo Bento de Souza (UFG)_____57

Acervos médicos e desastres radioativos: tecendo memória e construindo cidadania biológica
Telma Camargo da Silva (UFG)_____63

OFICINA - PROJETO "KANAXYWE E O MUNDO DAS COISAS KARAJÁ: PATRIMÔNIOS, MUSEUS E O ESTUDO ETNOGRÁFICO DA COLEÇÃO WILLIAM LIPKIND DO MUSEU NACIONAL (RJ)"_____67

Rastreando Lipkind: levantamento e conservação de uma coleção Karajá
Cecilia de Oliveira Ewbank (MN/UFRJ-CNPq)_____69

Inquietações teórico-metodológicas a partir da experiência etnográfica
Rafael Santana Gonçalves de Andrade (UFG)_____74

GT-02 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS DEPATRIMONIALIZAÇÃO_____79

Práticas comunicacionais aplicadas aos museus na contemporaneidade
Marina Roriz R. L. da Cunha (UFG)_____81

MR-04 ANTROPOLOGIA, PATRIMÔNIO EFORMASEXPRESSIVAS_____85

Toadas de Reis em Inhumas (GO)
Sebastião Rios (UFG)_____87

MR-05 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CIDADES_____93

Supressão da memória política na definição de lugares e imagens urbanas em Goiânia
Pedro Célio Alves Borges (UFG)_____95

Patrimônio ambiental? Alternativas à retórica da perda na orla urbana
Rafael Victorino Devos (UFSC)_____100

A cidade de Florianópolis (SC) na mira das revitalizações urbanas
Alicia Norma Gonzalez Castells (UFSC)_____105

APRESENTAÇÃO

O TRABALHO DA MEMÓRIA E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

O II Seminário do Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais – NEAP, intitulado *O trabalho da memória e processos de patrimonialização*, teve como eixo central a reflexão sobre os agenciamentos inerentes aos diferentes processos que envolvem memória e patrimonialização. Nesta perspectiva, os trabalhos reunidos nesse evento analisaram, a partir de pesquisas etnográficas, a ação do(s) sujeito(s) na intersecção entre memória e esquecimento, revelando as tensões e as relações de poder que permeiam a produção da "política da memória".

O livro organizado por Elizabeth Jelin, intitulado *Los trabajos de la memoria*, foi inspirador da temática escolhida para este seminário. Nele a autora, ao analisar as memórias da repressão política no Cone Sul, enfatiza a ação dos sujeitos e a presença da agência nos processos de transformação simbólica e de elaboração dos sentidos do passado. Nesse processo de produção da política da memória, um aspecto negligenciado nos estudos sobre memória é assinalado: a importância dos marcadores sociais da diferença, como classe social, gênero e etnias como constituintes das tensões e disputas inerentes à produção da memória e às ações de patrimonialização. A ideia de que a memória resulta de um "trabalho" direcionou, então, as discussões dos vários textos apresentados cujas reflexões partiram de duas questões centrais: Como os sujeitos sociais se colocam no cenário das produções de memórias sociais e coletivas? Que correlações de força configuram e assinalam as ações e as políticas públicas de patrimonialização?

O evento contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG (Edital – Chamada Pública nº 001 / 2014 – Termo de Concessão – Nº 10957); do Projeto PROCAD-CASADINHO – *Antropologia, Cidadania e Diferença* (UFG-UFRGS-UFSC); da CAPES (Edital – Programa PAEP 2014); do CNPq e do Museu Antropológico da UFG. Agradecemos a essas instituições que viabilizaram a realização do evento e possibilitaram a participação de colegas convidados do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; da Universidade Federal de Santa Catarina; da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade de Brasília. Esse apoio financeiro foi fundamental para aprofundar as reflexões propostas pelo NEAP e para ampliar as redes sociais de interlocução desse Núcleo de Estudos.

Localmente, o II Seminário do NEAP aprofundou o diálogo do Núcleo, criado em 2009, com os Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social, Sociologia e Performances Culturais da UFG, bem como com os cursos de Graduação em Museologia e Arquitetura dessa mesma instituição. Essa interlocução está refletida na programação do Seminário, que contou com duas palestras (abertura e encerramento); cinco mesas-redondas (*Patrimônio e Alimentação; Instituições de Saúde e Memória; Cultura Material e Coleções; Antropologia, Patrimônio e Formas Expressivas; Patrimônio, Memória e Cidades);* dois grupos de trabalho *(Problematizando as Narrativas de Memória; Políticas Públicas e Processos de Patrimonialização)* e uma oficina. Ao convite formulado aos participantes para apresentarem suas reflexões no formato de resumo expandido, quatorze atenderam à solicitação e seus textos constituem o conjunto reunido nesta publicação em formato de Anais do evento.

Telma Camargo da Silva
Coordenadora do NEAP e do II Seminário do NEAP

PROGRAMAÇÃO
GRADE GERAL DE ATIVIDADES E HORÁRIOS

2 de setembro de 2014, terça-feira

ATIVIDADE	TÍTULO	PALESTRANTE	COORDENAÇÃO	PARTICIPANTE/S	TÍTULO DO TRABALHO (Mesas-Redondas e GTs)	HORÁRIO	LOCAL
Abertura	II Seminário do NEAP - O Trabalho da Memória e Processos de Patrimonialização	Telma Camargo da Silva (UFG)				9h	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG
Palestra de abertura	O Museu Maguta e as Reconfigurações da Memória Ticuna	João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional - UFRJ)	Telma Camargo da Silva (UFG)			9h30 - 11h	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG
GT - 01	Problematizando as Narrativas de Memória		Vânia Dolores Estevan de Oliveira (UFG)	Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG) Thiago Cazarim (UFG) Tatiana Tucunduva (UFG) Rafaella Eloy de Novaes (UFG)	Práticas arqueológicas, processos de patrimonialização e memória social na contemporaneidade: potencialidades e desafios Arquivos e práticas musicais de Pilar de Goiás: estudo preliminar sobre o esquecimento na História da Música de Goiás Memória e trajetória de Mestre Sabu na Capoeira em Goiás Pesquisa e memória: inquietações antropológicas sobre um estudo feito sob escopo biomédico	14h30 - 17h30	Museu Antropológico - UFG
MR - 01	Patrimônio e Alimentação		Janine Helfst Leicht Collaço (UFG)	Ricardo Maranhão (Unicamp) Janine Helfst Leicht Collaço (UFG)	História, patrimônio e alimentação Patrimônio, cultura e alimentação: questões contemporâneas – dinâmicas urbanas e o uso da noção de patrimônio cultural no caso da cozinha italiana na cidade de São Paulo	19h - 22h	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG

3 de setembro de 2014, quarta-feira

ATIVIDADE	TÍTULO	PALESTRANTE	COORDENAÇÃO	PARTICIPANTE/S	TÍTULO DO TRABALHO (Mesas-Redondas, GTs e Oficina)	HORÁRIO	LOCAL
MR - 02	Instituições de Saúde e Memória		Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG)	Soraya Fleischer (UnB)	Os amigos, os pacientes e o sistema: memórias e práticas de trabalho na atenção primária de saúde no Distrito Federal	9h - 12h	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG
				Rildo Bento de Souza (UFG)	Patrimônio cultural da Saúde em Goiás: acervos arquitetônicos e arquivísticos		
				Telma Camargo da Silva (UFG)	Acervos médicos e desastres radioativos: tecendo memória e construindo cidadania biológica		
Oficina	Projeto "Kanaxywe e o mundo das coisas Karajá: patrimônios, museus e o estudo etnográfico da coleção William Lipkind do Museu Nacional (RJ)"		Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)	Cecilia de Oliveira Ewbank (MN/UFRJ -CNPq)	Rastreando Lipkind: levantamento e conservação de uma coleção Karajá	14h30 - 17h30	Museu Antropológico - UFG
				Gustavo de Oliveira Araujo (UFG)	Com quantos paus se faz uma boneca? Primeiros "entalhes" de uma etnografia da boneca de madeira feita pelos Karajá		
				Mariana Isaias Neves (UFG)	Investigação e análise documental a respeito de William Lipkind e de coleção homônima localizada no Museu Nacional (RJ)		
				Carolina Juliano R. da Costa (UFG)	Arte indígena: estudo do grafismo nas bonecas Karajá da coleção William Lipkind do Museu Nacional (UFRJ)		
				Rafael Santana Gonçalves de Andrade (UFG)	Inquietações teórico-metodológicas a partir da experiência etnográfica		

continua...

GT - 02	Políticas Públicas e Processos de Patrimonialização		Ivanilda A. Andrade Junqueira (UFG)	Marina Roriz R. L. da Cunha (UFG) Rafael Martins Santana (UFG) Marcelo Iury de Oliveira (UFG)	Práticas comunicacionais aplicadas aos museus na contemporaneidade Literatura e patrimônio cultural: um exercício de reflexão através da obra *Tropas e boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos Tempo social e patrimônio: a imaterialidade do Mercado Municipal da cidade de Goiás	14h30 - 17h30	Museu Antropológico - UFG
MR - 03	Cultura Material e Coleções		Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)	Nei Clara de Lima (UFG) Edmundo Pereira (Museu Nacional -UFRJ) Sérgio Baptista da Silva (UFRGS)	Brincadeiras Iny nas fronteiras interétnicas Representações e colecionismos Reflexões sobre o estatuto de objetos e adornos entre coleções Kaingang	19h - 22h	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG

4 de setembro de 2014, quinta-feira

ATIVIDADE	TÍTULO	PALESTRANTE	COORDENAÇÃO	PARTICIPANTE/S	TÍTULO DO TRABALHO (Mesas-Redondas e GTs)	HORÁRIO	LOCAL
MR - 04	Antropologia, Patrimônio e Formas Expressivas		Izabela Maria Tamaso (UFG)	Rafael Menezes Bastos (UFSC) Izabela Maria Tamaso (UFG) Sebastião Rios (UFG)	Patrimônio musical no Brasil: uma reflexão antropológica Procissão do Fogaréu: patrimônios, formas expressivas e performances Toadas de Reis em Inhumas (GO)	9h - 12h	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG
MR - 05	Patrimônio, Memória e Cidades		Vera Wilhelm (UFG)	Pedro Celio Alves Borges (UFG) Rafael Victorino Devos (UFSC) Alicia Norma Gonzalez Castells (UFSC)	Supressão da memória política na definição de lugares e imagens urbanas em Goiânia Patrimônio ambiental? Alternativas à retórica da perda na orla urbana A cidade de Florianópolis (SC) na mira das revitalizações urbanas	14h30 - 17h30	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG
Palestra de Encerramento	Antropologia, Cidadania e Diferença	Ruben Oliven (UFRGS)	Telma Camargo da Silva (UFG)			19h - 21h	Salão Nobre da Faculdade de Direito - UFG
CONFRATERNIZAÇÃO							

RESUMOS EXPANDIDOS

GT-01 PROBLEMATIZANDO AS NARRATIVAS DE MEMÓRIA

PRÁTICAS ARQUEOLÓGICAS, PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E MEMÓRIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Camila Azevedo de Moraes Wichers (UFG)
Docente do Bacharelado em Museologia
camora21@yahoo.com.br

Neste texto abordo as relações entre prática arqueológica e memória social, partindo da premissa de que a materialidade do registro arqueológico é potencializadora de memórias e esquecimentos. Nesse sentido, convém problematizar os processos de patrimonialização em que a Arqueologia atua ou poderia atuar. Analisar a inserção da Arqueologia nesses processos é um exercício complexo, dado que a existência social dos bens arqueológicos está condicionada pela pesquisa: "o patrimônio arqueológico pode permanecer em estado virtual até que a pesquisa o torne atual" (Meneses, 2007, p. 40). Tal estado de coisas reserva a definição e manipulação do patrimônio arqueológico aos especialistas.

Essa complexa rede inicia-se na própria coleta dos vestígios que fizeram parte da dinâmica das sociedades no passado, evidências que sobreviveram ao tempo e que conformam o contexto arqueológico. Contudo, a pesquisa arqueológica não aborda esse contexto de forma integral. Ela opera seleções, projetando apenas parcelas do contexto arqueológico na esfera patrimonial. Desta feita, entendo por processo de patrimonialização essa seleção arbitrada no presente, o qual, além de gerar coleções, produz narrativas (Moraes Wichers, 2010).

Quando falamos da relação entre prática arqueológica e memória social, além dos processos de patrimonialização, devemos destacar os processos de musealização da Arqueologia. Isso porque, no contexto museológico, os processos de salvaguarda e comunicação desses vestígios, agora semióforos, também são antropofágicos, operam recortes e têm o poder de ressignificar essas evidências.

Denomino de antropofagia arqueológica a apropriação e ressignificação feita pela Arqueologia, que seleciona aspectos da materialidade das sociedades – independente de sua cronologia – alçando-os a patrimônio. Por sua vez, a antropofagia museológica se dá nos processos de musealização desse patrimônio, em que novas apropriações, recortes e metamorfoses de sentido são efetivados. Essa dupla antropofagia é caracterizada por tensões entre memória e esquecimento, carregando ainda uma marca de violência com relação ao passado. Assim, ao trabalhar com questões relacionadas às identidades, a memórias, sistemas de dominação (ou ocultamento) de relações sociais e políticas, entre outros, a Arqueologia está inscrita em uma rede de saberes e poderes (Barros, 2011).

No cenário brasileiro o interesse por objetos relacionados aos grupos indígenas marcou o início da Arqueologia, a partir de um viés colonialista marcado pela dicotomia apropriação/violência (Santos, 2007), em que esses vestígios demarcariam grupos a serem dominados e/ou exterminados. Essa prática ganhou espaço nos primeiros museus instalados no país, chegando à consolidação da disciplina acadêmica no meio universitário, em centros de pesquisa e laboratórios, guardando marcas desse olhar colonialista.

No último quartel do século XX dois movimentos viriam alterar o cenário em tela:

1) a consolidação da legislação ambiental na década de 1980, que passou a integrar o patrimônio arqueológico – definido

como Bem da União desde a Lei 3924 de 1961 –, possibilitando o aumento exponencial das pesquisas;

2) o questionamento da prática arqueológica no que concerne ao interesse e ressonância pública das pesquisas arqueológicas nas comunidades, em diálogo com as críticas pós-modernas.

Esses movimentos entram, muitas vezes, em colisão no escopo das centenas de pesquisas em andamento no país. Cabe destacar que, entre os anos de 2003 e 2013, mais de 8000 pesquisas arqueológicas foram realizadas no Brasil. Contudo, a expansão das pesquisas e das instituições envolvidas com o tema não tem significado a apropriação desse patrimônio pela sociedade. Trago, então, algumas reflexões acerca de um trabalho em andamento no Alto Sertão da Bahia, que tem buscado caminhos de superação dos dilemas aqui delineados.

Até o século XXI, poucas pesquisas haviam sido realizadas na região, resultando em uma lacuna no que concerne à patrimonialização dos vestígios materiais pela ótica da Arqueologia. Nos processos de patrimonialização e musealização da Arqueologia no Brasil, identificamos os sinais da estratigrafia do abandono, configurando o que Bruno (1995) denominou de memórias exiladas. Parto da hipótese de que, mais que esquecidas ou abandonadas, as fontes arqueológicas foram reiteradamente desprezadas no Alto Sertão.

Pesquisas arqueológicas realizadas desde 2009, no âmbito do licenciamento de parques eólicos, têm possibilitado a identificação de um amplo patrimônio arqueológico (Zanettini Arqueologia, 2013). Essas pesquisas constituíram, assim, um espaço de patrimonialização dos vestígios materiais, associado às estratégias de musealização, com a criação do Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), colaborando para a reversibilidade dos olhares acerca dos passados excluídos da região, em especial, das histórias indígenas e das comunidades rurais.

A partir da integração de abordagens oportunísticas e probabilísticas nas consecutivas etapas de campo, efetuadas entre os anos de 2009 e 2014, foram identificados 172 sítios arqueológicos e 250 sítios históricos de interesse arqueológico nos municípios de Caetité, Guanambi, Igaporã e Pindaí. Esses estudos já resultaram em mais de 39 mil peças arqueológicas e um acervo documental expressivo.

O contato com essa região, por muitas vezes, revelou que as memórias relativas às ocupações indígenas desse território e ao papel das comunidades rurais na construção social e cultural do Alto Sertão foram, por muito tempo, negligenciadas. Não estou advogando aqui a existência de uma memória coletiva homogênea, uma vez que a substância da memória é tanto individual quanto social, como adverte Chauí (1987). A mesma autora fala da opressão da memória, cuja ação mais sinistra seria a da "história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos" (Chauí, 1987, p. XIX). Ora, a história do Alto Sertão foi contada, por muito tempo, a partir da apologia das famílias da elite, revelando a permanência secular do discurso da exclusão.

Contudo, os sítios arqueológicos estudados têm sido utilizados como mote para discussões sobre a colonização da região e extermínio dos grupos indígenas, a escravização dos africanos e a exclusão social que ainda impera no Alto Sertão, a partir da problematização dos conceitos de memória coletiva, memórias subterrâneas, memórias exiladas e passados excluídos. Essa discussão só se tornou possível devido à prática arqueológica que, desde o início das pesquisas, se pautou na construção de um discurso a privilegiar o conceito de diversidade cultural, no qual o passado é projetado como diferença, conflito e resistência.

Referências

BARROS, J. D'A. *Teoria da história* – Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1.

BRUNO, M. C. O. *Musealização da Arqueologia*: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e Sociedade*: lembrança de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

MENESES, U. T. B. de. Premissas para uma política arqueológica brasileira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 32, p. 37-58, 2007.

MORAES WICHERS, C. A. de. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico*: (des) caminhos da prática brasileira. Tese (Doutorado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 79, 2007.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. *Plano Museológico do Museu do Alto Sertão da Bahia* – MASB. São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2013. 5 volumes.

ARQUIVOS E PRÁTICAS MUSICAIS DE PILAR DE GOIÁS: ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O ESQUECIMENTO NA HISTÓRIA DA MÚSICA DE GOIÁS

Thiago Cazarim (UFG)
Bacharel em Música e Mestre em Filosofia
cazarim.t@gmail.com

Apresentação

O objetivo da apresentação realizada no II Seminário do NEAP foi elaborar uma reflexão preparatória para um futuro trabalho de pesquisa sobre os arquivos musicais da cidade de Pilar de Goiás, do período que vai de sua fundação até a primeira metade do século XIX. Neste texto, indico as linhas gerais do percurso teórico-reflexivo traçado até o momento da apresentação do texto no GT "Problematizando as narrativas de memória".

Pressupostos teóricos: arquivo, esquecimento e saber

Inicialmente, busquei articular as noções de memória, esquecimento e arquivo. Tal articulação tem uma função importante: dada a indisponibilidade ou mesmo inexistência de documentos do período em questão, ao passo que há uma quantidade razoável de discursos a seu respeito, é necessário desvincular a noção de documento da noção de arquivo, para reconhecer que, se o primeiro muitas vezes falta, o segundo existe efetivamente enquanto prática.

Para tanto, acompanhei a discussão de Ricoeur (2007) em dois sentidos. Primeiro: traçando as relações entre a memória e o esquecimento, elencando as formas do último frente à primeira.

Com isso, quis mostrar que o esquecimento, definido como as diferentes formas pelas quais a memória se faz indisponível, pode assumir o caráter de passividade (perda ou desconhecimento de fontes documentais ou lembranças), de atividade (impedimento, destruição ou manipulação da memória) ou ainda um misto de ambos (como no caso do recalque, que repete compulsivamente o passado sem que isso implique um trabalho efetivo de memória). Segundo sentido: problematizando a possibilidade de uma memória total do passado, procurei mostrar por que mutações e seleções a memória se prestaria, de forma a evidenciar que o esquecimento é parte constituinte da própria formação do arquivo.

Para definir arquivo, aproprio-me das noções postas por Foucault (2010) em *A arqueologia do saber* e por Derrida (2001) em *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*, enfatizando a natureza ordenadora e "instituidora" do arquivo contra uma caracterização sua demasiado "institucionalizada". Assim, torna-se possível desvincular provisoriamente as noções de arquivo e documento de modo a demonstrar como pode haver arquivo mesmo onde faltam documentos.

Nos trabalhos consultados sobre a história da música em Goiás (Mendonça, 1981; Pinto, 2010), é justamente o esquecimento (enquanto perda de documentos) que se faz princípio ordenador dos discursos sobre os documentos musicais de Pilar de Goiás em seu primeiro século de existência, e é ele que permite a formação de um "arquivo", ou seja, um sistema de enunciação e guarda do passado. Daí a conclusão de que o esquecimento não é apenas uma ignorância passiva do passado, mas uma forma ativa de sabê-lo. Essa conclusão leva em conta todas as limitações práticas e metodológicas do descolamento entre arquivo (enquanto um saber-o-passado) e documento (enquanto rastro ou vestígio); mas, além disso, questiona até que ponto é eficaz a solução de manter no terreno do esquecimento o passado em razão da escassez de fontes documentais. Retomarei este ponto adiante.

Esquecimentos institucionais

Fiz um breve relato das ações institucionais estatais historicamente recentes na cidade de Pilar de Goiás, de forma a mostrar como o esquecimento também se manifesta aí. Cito três casos: a) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): limitou-se ao instrumento do tombamento e recuperação do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado (Nascimento, 2010); b) Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) (Brasil, 2009): ao assumir a gestão do Museu Casa da Princesa, introduziu no plano museológico a necessidade de realizar descarte de acervo; c) site da Prefeitura de Pilar de Goiás: na aba "Pontos Turísticos", encontramos não apenas os locais físicos de visitação, mas também os festejos e comemorações da cidade. Em cada caso, o esquecimento parece atuar: ou por exclusão, definindo o que é ou não digno de preservação, o que deve ou não fazer parte de um acervo; ou então pela redução da memória a seu aspecto espetacular ou comemorativo (tal como nas comemorações ou monumentos que reduzem a História à sua oficialidade e iterabilidade). Em todos os casos, é preciso investigar a fundo de que modo as ações do Estado têm se dado enquanto produtoras de arquivos do passado. Obviamente, devem ser levadas em conta as limitações de natureza prática e jurídica, sobretudo em relação à capacidade de as instituições em questão realizarem suas ações. Mas devemos pensar se tais limitações deveriam justificar os esquecimentos institucionalmente produzidos ou se, ao contrário, devem indicar a urgência em requalificar nossa relação com o passado por meio de saberes e práticas que produzam uma "memória feliz".

Considerações finais

Novamente retorno a Ricœur (2007) e à ideia de memória feliz, deslocando-a do terreno jurídico (anistia) para o da prática da narrativa histórica. Assim, por "memória feliz" entendo

tanto a disposição cívica quanto o "direito" de exercer uma memória que seja capaz de incorporar todos os contrapesos do esquecimento, sem que ceda ao revisionismo, mas sem que sucumba às limitações e efeitos concretos das diferentes formas de esquecimento possíveis. Neste sentido, cito dois exemplos de trabalhos, de Lima (2003) e Souza (2008), que apontariam soluções interessantes para o caso de Pilar de Goiás.

O trabalho de Lima (2003) não pretende substituir a ausência de fontes documentais (relativamente disponíveis, aliás) sobre a história da cidade de Pilar de Goiás, mas permite elevar ao nível de um "arquivo" as narrativas orais, procurando compreender a sistematicidade em que se formam e o saber que produzem. Já o artigo de Souza (2008) combate os excessos da memória oficial, comemorativa, ao introduzir deliberadamente as zonas de esquecimento normalmente silenciadas nos discursos sobre a Semana Santa da cidade de Goiás. Em comum, os dois trabalhos indicam a possibilidade de vencer o esquecimento de maneira "alegre" no sentido de Nietzsche e Spinoza, ou seja, de forma a tratar o esquecimento como ocasião para exercer uma força que aumente, e não diminua, nossa capacidade (potência) de memória.

Dessa forma, o questionamento dos diversos arquivos das práticas musicais de Pilar de Goiás deve poder abrir a possibilidade de "refletir sobre que formas e práticas de arquivo deveríamos desejar e efetuar". Espero, assim, que se abra a possibilidade de pensar e praticar algo como uma "alegria do arquivo", exercício que urge ser criado.

Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Museu Casa da Princesa, Pilar de Goiás. *Plano museológico do Museu Casa da Princesa*. IBRAM/MCP, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana**.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber***.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MENDONÇA, Belkiss Spencière Carneiro de. *A música em Goiás***.** 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 1981.

NASCIMENTO, Camila Gouveia Lopes. *De casa histórica a museu local*: a trajetória do Museu Casa da Princesa. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

PILAR DE GOIÁS, PREFEITURA MUNICIPAL, s. d. *Apresenta informações oficiais sobre a cidade de Pilar de Goiás (GO)*. Disponível em: <http://www.pilar.go.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2014.

PINTO, Marshal Gaioso. *Sacred music in Goiás (1737-1936) and Balthasar de Freita's collection***.** Tese (Doutorado em Música) – University of Kentucky, Lexington, Estados Unidos, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento***.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. Paisagem sonora da paixão vilaboense (século XIX). *Música Hodie*, v. 8, n. 2, p. 35-52, dez. 2008.

PESQUISA E MEMÓRIA: INQUIETAÇÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE UM ESTUDO FEITO SOB ESCOPO BIOMÉDICO

Rafaella Eloy de Novaes (UFG)
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
raffaeloy@hotmail.com

Temos aprendido com Gilberto Velho (1987) que estranhar o que se encontra no campo do familiar constitui um grande desafio, na medida em que demanda problematização de uma paisagem aparentemente cristalizada. É nessa perspectiva que revisito pela memória uma experiência de pesquisa outrora vivenciada em uma instituição de saúde mental, quando ainda era estudante do 5º semestre do curso de graduação de Psicologia, cuja orientação pautou-se nos pilares da neutralidade científica, da objetividade e da rigidez metodológica. A referida pesquisa foi feita no ano de 2010, em um Centro de Atenção Psicossocial (doravante, CAPSI),[1] localizado no município de Maracás (BA). Nela objetivava apresentar representações dos usuários do serviço e de seus respectivos familiares sobre o que à época entendia por "sofrimento psíquico" e ideais de tratamento.

Neste texto, o foco não está na apresentação das narrativas obtidas na referida pesquisa, mas em relatar, sob escopo antropológico, o modo como se consubstanciaram as questões éticas e metodológicas, desde a entrada e a imersão em campo até o processo de seleção e análise dos dados obtidos. É aquela pesquisa, feita em outro momento de minha formação e agora

1 Conforme a Portaria do Ministério da Saúde, nº 336/02, os CAPSI (Centros de Atenção Psicossocial) são serviços de atenção psicossocial com capacidade operacional para atendimento em municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes.

revisitada com lentes antropológicas, que me possibilita problematizar o modo como são conduzidas as pesquisas realizadas em instituições de saúde, perpassadas por uma lógica notadamente biomédica. Nesse sentido, apresento como a memória pode oportunizar a problematização do vivido, cuja perspectiva etnográfica oferece cores diversas para pintar aquele quadro com tons afetuosos e inquietantes.

À época, utilizava uma entrevista aberta como instrumento metodológico, contemplando questões sobre representações de "sofrimento psíquico" e ideais de tratamento daqueles que eram por mim nomeados e tratados como informantes. Engessada em supostas posturas de neutralidade científica, ainda não reconhecia a relevância de dialogar com um *inter*locutor. Cardoso de Oliveira (1998, p. 23) argumenta que "não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante o etnólogo não cria condições de efetivo "diálogo". Destarte, não estava interessada em realizar descrições densas dos meus "interlocutores" e do próprio espaço do CAPSI. Certamente, em oposição ao sugerido por Geertz (2008), não era minha preocupação discernir piscadelas de imitações de piscadelas.

Recordo-me que, munida de autorização da Secretaria de Saúde para adentrar o CAPSI, eu e outra colega que compartilhava da pesquisa comigo fomos recebidas pela coordenadora e pela psicóloga que, àquela altura, já obtinham uma cópia do nosso projeto e o ofício da Secretaria Municipal de Saúde autorizando a nossa entrada no local para fazer a pesquisa. A partir de um sistema de classificação construído sob uma lógica própria, a psicóloga indicava-nos previamente os sujeitos "aptos" e "não aptos" a ser entrevistados. Não descrevi a respeito desse sistema de classificação, tampouco como era construído.[2]

2 Tal inquietação norteia meu projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

Era a primeira vez que estabelecíamos contato com os usuários do serviço e seus familiares. Ainda que tivéssemos seguido os protocolos ético-científicos, como assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, intriga-me pensar qual era o sentido de participar da pesquisa para eles. Não sabíamos o que a psicóloga havia lhes dito ao encaminhá-los ao espaço em que realizaríamos as entrevistas. Chegaram ao CAPSI pela manhã e, de repente, foram convidados a participar de uma pesquisa com pessoas com quem eles nunca haviam se relacionado antes. O que pensavam ao escutar o som do gravador de voz ao ser acionado para gravação de suas narrativas?

O interesse estava basicamente concentrado na obtenção dos dados provenientes das narrativas, como se elas pudessem ser produzidas por vozes sem corpo e sem chão. Cardoso de Oliveira (1998, p. 23) alerta-nos que "[...] as perguntas feitas em busca de respostas pontuais lado a lado da autoridade de quem as faz – com ou sem autoritarismo – criam um campo ilusório de interação". Assim, negligenciando aspectos elementares para estabelecimento de um campo de interação, possibilitados em um encontro eminentemente dialógico, realizamos as entrevistas como se o que importasse era que os corpos, sem relações, produzissem as narrativas que desejávamos.

A questão disparadora usada para iniciar a entrevista com os usuários do CAPSI era: "fale sobre o transtorno mental que você vivencia"; ou no caso dos familiares: "fale sobre o transtorno mental que seu familiar vivencia". Ela parece ter sido formulada sob estreito olhar biomédico. Recordo-me que a colega que compartilhava da pesquisa comigo, por vezes, interrompia a sequência de questionamentos previamente delimitados no projeto de pesquisa para explorar trechos das narrativas dos "entrevistados". Entretanto, tal iniciativa deixava-me completamente incomodada, no sentido de achar que poderia conduzir a pesquisa para rumos improváveis ou

ainda deslocar-nos do instrumento cientificamente planejado. Ainda que ela conduzisse a pesquisa para tais rumos, não os registraríamos no trabalho escrito, pois o detalhamento da existência de relações humanas parecia sugerir ausência de cientificidade nos estudos.

Concluídas as entrevistas, portando as tão preciosas narrativas que, mais tarde, seriam transcritas e encaixadas em partes específicas do texto, conforme nossos interesses, saímos da instituição e não mais retornamos para apresentar os dados obtidos. É verdade que encaminhamos cópia do estudo produzido à coordenação da instituição, todavia não sei se nossos "interlocutores" tiveram acesso a tais dados. Será que eles se perceberiam naquela colcha de retalhos que tecemos? E nós, conseguíamos nos ver em algum retalho? Ou as agulhas afiadas do cientificismo teriam penetrado nas relações humanas, inevitavelmente presentes nas práticas de pesquisa, e teriam rompido dolorosamente essas relações com seus pontos tão profundos?

Em outra circunstância, após a "saída" do campo, eu teria encontrado uma das nossas "interlocutoras". Parece que os vínculos que haviam se produzido entre nós, se é que oportunizamos isto apenas com a situação de entrevista, deveriam se restringir ao curto momento da realização da pesquisa. Assim, se de algum modo sua presença me afetara, a pesquisa já havia sido feita, e nela os dados ditos relevantes não davam espaço para afetos e relações humanas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria/GM n. 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Disponível em: http://www.saude.sc.gov.br/geral/planos/programas_e_projetos/saude_mental/Portaria_n336.htm. Acesso em: 28 set. 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 17-35.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: *Individualismo e cultura*: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MR-01 PATRIMÔNIO E ALIMENTAÇÃO

PATRIMÔNIO, CULTURA E ALIMENTAÇÃO: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS – DINÂMICAS URBANAS E O USO DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO CASO DA COZINHA ITALIANA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Janine Helfst Leicht Collaço (FCS/UFG)
janinecollaco@gmail.com

Este texto pretende trazer algumas questões observadas na cidade de São Paulo desde uma perspectiva particular, uma vez que estaremos focando grupos ligados à imigração italiana dispersos ao longo da trajetória da cidade, abordados em três períodos considerados centrais e que contribuíram para a construção de um imaginário que se vale da memória alimentar. Nesse sentido, o trabalho abordou o início da imigração na cidade de São Paulo, o período posterior à Segunda Guerra e o período após a nomeação da cidade como capital mundial da Gastronomia, todos contribuindo para uma noção bastante particular de patrimônio cultural.

Esta abordagem lança mão de dados coletados ao longo de minha pesquisa de doutorado, na cidade de São Paulo, realizada entre 2005 e 2009 com imigrantes italianos e seus descendentes, que tiveram ou têm relação com restaurantes. Essa decisão foi tomada em função do acesso público a essa cozinha e de um imaginário que considera a imigração italiana como um fator decisivo para o progresso da cidade (Seyferth, 1997), inclusive para seu reconhecimento como capital mundial da Gastronomia ou simplesmente capital gastronômica.

A própria noção de patrimônio e seu uso para reconhecimento de cozinhas é um campo com tensões e negociações (Espeitx,

2004), emergindo a partir de disputas de diversos agentes e, nestes últimos, encontrando no contexto das grandes cidades um amplo espaço de gestão dessa diversidade urbana.

Várias etapas constituíram a trajetória dessa cozinha na cidade de São Paulo. A chegada dos italianos no começo do século XX não foi um processo tranquilo, foi um período de muitos conflitos e enfrentamentos, contrariamente à imagem feita atualmente. Basicamente, os primeiros imigrantes desse período eram pessoas de origem rural, em geral sem habilidades específicas, muitos sem saber ler ou escrever e com quase nenhum reconhecimento entre si, a não ser a proximidade regional, uma vez que a Itália nesse momento ainda caminhava em direção à consolidação do Estado nacional (Appadurai, 1988).

Nesse sentido, a concentração de estrangeiros em determinados bairros da capital paulista promoveu a constituição de reconhecimentos e de uma solidariedade étnica que serviu para amenizar a dureza desse período, construindo uma ideia, ainda não muito clara, do que era "ser italiano". Berghe (1984) afirmou que a cidade desempenha um papel central no incentivo ao convívio com a diversidade cultural, e no início do século XX, com a chegada dos italianos, abriu-se uma nova possibilidade para São Paulo conviver com a pluralidade cultural, até então rara em uma cidade ainda de caráter provinciano.

O quadro sofreu algumas alterações quando surgiram em cena gerações de descendentes dos primeiros grupos de italianos, que tiveram de enfrentar os conflitos internos deflagrados pela Segunda Guerra Mundial. Descendentes buscavam se adaptar à realidade local, não se incentivavam manifestações públicas da italianidade, especialmente quando a Itália assume sua posição ao lado da Alemanha e se torna inimiga do Brasil no conflito mundial. Nos anos que se seguiram ao fim da guerra, novos fluxos de imigrantes desembarcaram no país, inclusive italianos, embora muitos em situação bastante diferente dos primeiros

que vieram no início do século. Esses imigrantes tinham maior preparo intelectual e alguns possuíam algum capital econômico que poderia ser utilizado em pequenos negócios. Foi um momento de ruptura entre os italianos vindos na primeira onda – a velha guarda – e estes mais recentes.

Foi nessa época que a cozinha também absorveu essa dicotomia, marcando a comida dos primeiros tempos como "do sul", rústica e pobre, devido à origem dos primeiros imigrantes; e comida "do norte", sofisticada e elegante, associada aos novos imigrantes. Vale notar que essa dicotomia estava mais enraizada entre os distintos grupos de italianos e menos visível aos olhares da cidade, que via essa cozinha como algo unificado (Helstosky, 2004).

Permaneceu essa diferença até meados dos anos 1980, quando houve mudanças intensas ligadas à economia, política, contexto social e cultural que afetaram o estilo de vida urbana, dificultando as refeições em casa e incentivando o "comer fora", tanto por necessidade como lazer (Collaço, 2009). Pelo fato, também, de serem absorvidas pelo mercado de trabalho, as mulheres deixaram os encargos de alimentação a auxiliares domésticas ou, quando não tivessem alguém para ajudar, recorriam ao uso de produtos industrializados, serviços de entrega (*deliveries*); ou, ainda, procuravam algum espaço para realizar as refeições familiares e assim organizar a alimentação doméstica.

A cozinha italiana se depara com essa nova ordem que dialoga com uma cozinha trazida pelos imigrantes em diferentes períodos e uma nova cozinha italiana trazida pelo fenômeno da globalização. Desse modo, as várias italianidades se apresentam por meio de diferentes concepções do que é a cozinha italiana, e se inicia a tentativa, especialmente dos representantes de restaurantes mais antigos, de obter o reconhecimento de patrimônio cultural. Essa disputa ilumina um paradoxo: afinal, a comida italiana servida em São Paulo possui diferentes reconhecimentos em função de suas temporalidades e origens espaciais.

A cozinha italiana, como se vê, pode ser popular na cidade, mas revela distintos planos de italianidade que dialogam entre si, frente à sociedade local e com sua origem. O ser italiano em graus distintos dependerá como se interpreta pertencer a uma nação ou herdar um legado italiano. E se as identidades regionais desapareceram à medida que os italianos eram incluídos na sociedade local, elas reaparecem na cozinha italiana contemporânea da capital gastronômica (Collaço, 2009). Esse ponto parece ser o grande diferencial entre os descendentes de italianos que possuem restaurantes e os restaurantes de cozinha italiana sem italianos. É uma disputa de autenticidade que se apresenta sob perspectivas distintas e que levanta suspeitas quanto ao respeito à diversidade cultural. Afinal todas as cozinhas italianas seriam válidas pela ótica dessa retórica, mas parece que algumas possuem mais peso que outras, especialmente quando se confrontam os velhos e novos restaurantes.

A ideia de reconhecer certo tipo de cozinha italiana como patrimônio acionou diversos conflitos, pois se valeram de uma seleção em particular que não completa o conjunto de cozinhas italianas presentes na cidade. Utilizando parte do repertório disponível, especialmente aquele representado pelo grupo dito da "velha guarda", alguns elementos associados à imigração italiana, como valores de família e trabalho, tentam validar sua presença e sua importância para a cidade. Essa reação foi uma das decorrências observadas quando a cidade é reconhecida como capital gastronômica e que valorizaria certo caráter cosmopolita, plural e contemporâneo das cozinhas. Nesse contexto, inicia-se um discurso de desvalorização das cozinhas italianas exercidas pela velha guarda, encontradas sobretudo nas cantinas, e consideradas pela mídia e novos restaurantes como representantes de um tipo de comida considerada decadente, pouco sofisticada e barata.

Referências

APPADURAI, Arjun. How to make a national cuisine: cookbooks in contemporary India. In: *Comparative Studies in Society and History*, v. 30, n. 1, p. 3-24, 1988.

BERGHE, Pierre van den. Ethnic cuisine: culture in nature. In: *Ethnic and Racial Studies*, v. 7, n. 3, 1984.

COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. *Sabores e memórias*: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia da FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ESPEITX, Elena. Patrimônio alimentario y turismo: una relación singular. In: *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural***,** v. 2, n. 2, p. 193-213, 2004.

HELSTOSKY, Carol. *Garlic and Oil:* food and politics in Italy. New York: Berg, 2004.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan./abr. 1997.

MR-02 INSTITUIÇÕES DE SAÚDE E MEMÓRIA

OS AMIGOS, OS PACIENTES E O SISTEMA: MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE TRABALHO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE NO DISTRITO FEDERAL

Soraya Fleischer (UnB)
fleischer.soraya@gmail.com

Desde 2008 faço pesquisa em um dos bairros históricos de Ceilândia, o bairro da Guariroba. Além de conhecer ruas e casas dos moradores, frequento um dos três Centros de Saúde do local. Aconteceram diferentes etapas dessa pesquisa sobre a experiência direta com as doenças de longa duração e seus cuidados, como a diabetes, a hipertensão e o derrame (Fleischer, 2012). Em uma das etapas, em 2012, foi entrevistada a equipe do Centro de Saúde (Fleischer et al., 2012). Concluiu-se que as relações dentro dessa equipe, entre ela e sua clientela e com a alta cúpula da Secretaria de Estado da Saúde (SES) do Governo do Distrito Federal (SES/GDF) guardam elementos estruturantes para se entender o funcionamento da atenção primária em saúde, bem como a passagem do tempo e a formação da memória sobre esse lugar de trabalho. No mesmo esteio de outras etnografias dentro de serviços de saúde (Pereira, 2008; Nascimento, 2009; Giglio-Jacquemot, 2005), a expectativa deste artigo é que, mesmo tratando de uma pequena localidade do Distrito Federal, seja possível se perceberem semelhanças com outros Centros de Saúde, a instituição formal mais numerosa na ampla rede de serviços do SUS ao redor do país.

Os amigos, as ajudas, os cafés

Em geral, vários funcionários preferiam "seu canto" em vez de ficarem de *conversê* com os colegas, mas indicavam alguns

amigos com quem mantinham contato e trânsito, geralmente para pedir ou oferecer ajuda. Ao indicarem com quem se davam, não apenas revelavam que o Centro de Saúde era composto por grupos distintos e clivagens, como também – e mais importante – de que natureza se constituíam esses contatos. A ajuda apareceu como categoria central ao nortear esse cotidiano laboral. Uma funcionária do balcão de atendimento, ao se referir à chefia da época, resumiu: "O nosso relacionamento é bom, tomamos café juntos". A cada vez que um pedido de ajuda dirigido ao colega ou chefia encontrasse receptividade, aquela relação seria confirmada e azeitada. Contudo, os problemas começavam quando não era possível participar de um grupo, de um café, ou quando os pedidos de ajuda deixavam de ser atendidos.

Pacientes "carentes" ou "valentes"

Poucas vezes ouvi os profissionais dizerem que trabalhavam, diziam que "ajudavam" os pacientes. A ajuda, num cenário de escassez (de consultas, medicamentos, exames etc.), se tornava o principal serviço ofertado ao paciente. Esses servidores indicaram que cuidar do outro foi prática aprendida e esperada pela família de origem. Caridade, dó, pena, amizade, amor foram termos usados ao se referirem aos pacientes. Assim, esses servidores se constituíram como aqueles que ajudavam os pacientes, e estes, tidos como "coitadinhos", deveriam ser sempre ajudados. Servidor e paciente, dentro dessa lógica assistencialista, criavam uma relação baseada na oferta, recepção e agradecimento da ajuda, em clara chave maussiana (Mauss, [1925]2003). Diante da falta de serviços, os pleitos eram atendidos de forma excepcional, como uma ajuda ou jeitinho. O paciente deveria retribuir o favor na forma de agradecimento e amizade. A partir dessa regra, os profissionais traçavam dois perfis de pacientes: o paciente "carente", que tudo recebe e por tudo agradece; e o paciente "valente", que queria demais e agradecia de menos. Dos primeiros, se tinha pena; dos segundos, antipatia e resistência.

A Secretaria, o sistema, o SUS

As principais dificuldades enfrentadas por esses servidores eram os aborrecimentos vividos com os pacientes, sobretudo os "valentes", e o abandono sentido em relação ao empregador, a SES, pela falta de recursos humanos, equipamentos, infraestrutura, capacitação. Eram dois movimentos idênticos: pacientes exigindo do Centro de Saúde e servidores exigindo da Secretaria. Ambos os grupos se reconheciam como tributários de ajuda e se prontificavam, conforme o que recebessem, a agradecer e retribuir na forma de trabalho. Embora parecessem realidades semelhantes, nunca vi um funcionário se comparar com um paciente nessa postura de aguardar pela dádiva. Mesmo tendo ingressado na área de Saúde com a expectativa de poder ser útil e benevolente, esses funcionários se surpreendiam com os pacientes mal-agradecidos e com a SES mesquinha e distante. Sem a ajuda, a roda de dádivas emperrava em vários momentos.

Compreendendo o tempo: a relação entre o "antigo" e o "novo"

O Centro de Saúde do bairro da Guariroba foi inaugurado em 1981 e, quase 30 anos depois, mantinha o mesmo espaço predial, embora a população e a equipe houvessem aumentado e, à época da pesquisa, dezenas de computadores estivessem sendo entregues para a informatização dos serviços de saúde. Tudo havia crescido, menos o espaço local. Os servidores mais antigos, originários da época de inauguração do local, achavam o espaço pequeno e, embora desejassem que os serviços oferecidos melhorassem, se ressentiam com os novatos – em termos técnicos e etários – que chegaram na última década. Os mais novos também achavam o espaço exíguo e se incomodavam com o *convers*ê e o espírito de família que a equipe mais antiga tentava manter. O espaço ficava apertado com a novidade, mas igualmente apertado com a antiguidade.

A retórica do tempo se tornava um idioma significativo para falar da estrutura da SES, do corpo profissional e das suas práticas de trabalho (Han, 2012; Franch, 2012). O passado, para os novatos, era o anti-exemplo que deveria ser deixado para trás. Já os antigos repetiam à exaustão que "tinham 30 anos de casa", valorizando seu pioneirismo no início da SES e sua coragem em investir em Ceilândia, tida como erma, distante, desolada já naquela década de 1980. Os antigos pareciam ressaltar o mérito de terem aperfeiçoado a roda de favores, talvez a única tática que minimamente fazia funcionar o sistema de atenção básica naquela região.

Nos últimos anos, começou um processo de informatização do SUS no Distrito Federal. Muitas pessoas do Centro de Saúde, inclusive os "antigos", comemoravam tal evento como um alento. Era sinal de que não haviam sido esquecidos pela SES e que muito do trabalho seria facilitado por essa tecnologia, embora surgissem críticas. Uma enfermeira novata percebeu que o espaço físico ficaria apertado com a chegada de tantas caixas e computadores. Um médico antigo notou que os equipamentos haviam sido entregues sem mobiliário correspondente, como mesas e cadeiras ergométricas. O nutricionista, recém-contratado, explicou que o programa computacional não contemplava as consultas dos profissionais não médicos.

Assim, a tecnologia de gestão era um fenômeno interessante para se observar como antigos e novos servidores percebiam seu trabalho na atenção básica, já que, ao apontar benesses ou reveses da informatização, comparavam o tempo presente e pretérito. Ainda que houvesse críticas, havia alguma esperança no ar. Os antigos servidores expressavam gratidão em relação à SES, que finalmente havia "dado" algo àquele Centro de Saúde antigo, trabalhador e esquecido. Finalmente, haveria o que dar à clientela do Centro e dela receber gratidão. Os servidores novos esperavam que os prontuários eletrônicos, o ponto eletrônico, a rede de informações da SES tornassem mais eficiente o

atendimento à população. Ninguém estava totalmente grato à Secretaria porque sabiam que não adiantava ter computador sem as consultas correspondentes, mas sentiam-se um pouco mais valorizados profissionalmente.

Ironicamente, a chegada dessa tecnologia coincidia com a aposentadoria de um terço da equipe. Essas pessoas usavam as máquinas de escrever inauguradas no início dos anos 1980, que agora seriam descartadas para dar lugar aos computadores. Os antigos deixariam a história que ali construíram para dar lugar aos novos contratados. Seriam aposentados sem, contudo, receber os desejados "cursos de capacitação" para saber navegar pelo "sistema". Havia um paradoxo no ar, já que a informatização apresentava um novo fôlego para embalar a roda de favores, mas só os servidores novos, tão críticos das "panelas" e ajudas, seriam os beneficiários.

A "antiguidade" era colocada à prova, mas, como vários servidores novos e antigos notavam, a "novidade", bem simbolizada no exemplo da informatização, não suplantaria por completo as práticas laborais anteriores. Isso se dava porque não vinha sendo recebida consensualmente e porque não conseguiria se despojar das práticas pessoalistas. Os computadores não resolveriam a carência mais geral sentida pelos servidores em relação à SES ou pelos pacientes em relação ao Centro de Saúde. O fenômeno da informatização era vistoso, mas a roda do tempo custava a girar. Servidores antigos e novos, pacientes idosos e jovens, práticas antigas e novas, máquinas velhas e modernas, prédio apertado e cidade em expansão continuariam a coexistir, inventando formas de conduzir cotidianamente uma unidade de atenção básica nas franjas da capital federal. Parecia que, a todo momento, esses servidores tentavam equacionar e compreender essa presença intensa do passado entre as práticas de trabalho do presente. Claramente, o tempo, estampado nos equipamentos, no prédio, nos pacientes enrugados, nos servidores por aposentar, era um desafio para a elaboração da memória laboral nesse Centro de Saúde.

Referências

FLEISCHER, Soraya. O mundo dos bem e mal passares: vivendo com hipertensão arterial na Guariroba, Ceilândia (DF). *Política & Trabalho*, n. 37, p. 149-164, out. 2012.

FLEISCHER, Soraya; RABELLO, Luiza; ALVARENGA, Marcos; BATISTA, Monique; ALMEIDA, Natharry; MACHADO, Polliana. "É muito duro esse trabalho": Notas sobre um projeto de extensão em Antropologia. *Participação*, n. 21, p. 31-41, 2012.

FRANCH, Mónica. Na letra do tempo. Caminhos e descaminhos de uma etnografia de práticas temporais. In: ARAÚJO, Emília; DUQUE, Eduardo (Orgs.). *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo.* Um debate para as Ciências Sociais e Humanas. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2012. p. 195-206.

GIGLIO-JACQUEMOT, Armelle. *Urgências e emergências em saúde*: perspectivas de profissionais e usuários. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

HAN, Clara. *Life in debt:* times of care and violence in neoliberal Chile. Berkeley: University of California Press, 2012.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, [1925]2003.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes. *Reprodução, desigualdade e políticas públicas de saúde*: uma etnografia da construção do desejo de filhos. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PEREIRA, Diogo Neves. *Itinerários terapêuticos entre pacientes do Hospital de Base, Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PATRIMÔNIO CULTURAL DA SAÚDE EM GOIÁS: ACERVOS ARQUITETÔNICOS E ARQUIVÍSTICOS

Rildo Bento de Souza (FCS/UFG)
rildobentodesouza@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é relatar o histórico, as conclusões e os desdobramentos do projeto "Rede Brasil. Inventário do patrimônio cultural da saúde: edificações e acervos", desenvolvido em três etapas, entre 2007 e 2009, num convênio firmado entre a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal de Goiás.

O projeto tinha como objetivo catalogar, por meio de fichas, instituições de saúde que tinham importância cultural, descrevendo o histórico e as condições da edificação, bem como a composição (se houvesse!) dos acervos arquivísticos. Como um dos sete estados contemplados por esse projeto, a equipe de Goiás concentrou sua atuação na cidade de Goiás e em Goiânia, antiga e atual capital, respectivamente, arrolando quatorze instituições de saúde, dentre hospitais, asilos e institutos educacionais. Trabalharam diretamente no projeto dez pessoas ao longo dos três anos: sete historiadores, uma cientista social e dois arquitetos.

Em Goiás, o projeto foi coordenado pela Profa. Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas, em sua primeira etapa, e pela Profa. Cristina de Cássia Pereira Moraes, nas etapas subsequentes. Consistiu em um amplo levantamento das instituições médico-hospitalares criadas desde o povoamento da região dos Guayazes, no século XVIII, até o conhecimento do patrimônio histórico-arquitetônico de hospitais e institutos de pesquisa científica existentes na cidade de Goiás e em Goiânia, nos séculos XIX e XX.

De forma associada a esse trabalho, foi também realizada a identificação de acervos documentais, arquivísticos, bibliográficos e museológicos pertencentes a essas instituições ou que estivessem sob sua guarda. As informações coletadas e sistematizadas durante a execução do projeto foram reunidas em uma base de dados e disponibilizadas na Web, de forma a garantir o desenvolvimento de ações cooperativas e a integrar esforços para a criação de instrumentos que contribuam para a equidade de acesso à informação, bem como para a formulação e implementação de políticas de identificação, recuperação, conservação e valorização do patrimônio cultural da saúde.

Partimos do princípio de que "saúde" não é um dado, mas uma construção histórico-social, cujas definições, significados culturais e arranjos políticos são variáveis no tempo. Essa diversidade foi o que pretendíamos identificar e inventariar. Portanto, concebemos o Patrimônio Cultural da Saúde em Goiás como um conjunto de bens materiais, imateriais e simbólicos construídos, assimilados e incorporados pela sociedade goiana, desde o início de sua ocupação.

Como ponto de partida para o desenvolvimento do projeto, definimos suas balizas cronológicas, a partir da observação de que, do ponto de vista da saúde e da assistência médico-hospitalar, a história de Goiás pode ser dividida em três períodos:

1º Período – 1736-1937. Da chegada dos bandeirantes e fundação de Vila Boa (depois cidade de Goiás) até a mudança da capital para Goiânia.

2º Período – 1937-1970. Da transferência da capital do estado para Goiânia (1937) até o início da década de 1970, quando a região vive os impactos da inauguração de Brasília e da criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás.

3º Período – a partir de 1970 aos dias atuais. Goiânia converte-se em capital regional do Centro-Oeste e é referência em assistência médico-hospitalar.

Para o estudo do patrimônio cultural da saúde em Goiás, edificações e acervos, ficou resolvido que seriam privilegiadas as instituições – hospitais e congêneres – identificadas como relevantes no 1º e 2º períodos, das quais se supunha fosse possível conhecer o perfil e o papel que desempenharam no processo histórico.

No decorrer do projeto ficou acordado que os limites seriam flexibilizados no que diz respeito aos acervos arquivísticos, podendo recuar aos anos iniciais da ocupação e do povoamento, no século XVIII, ou avançar até a década de 1980, para incluir, por exemplo, a documentação referente ao grave acidente radioativo com o césio-137 ocorrido em Goiânia.

Do ponto de vista metodológico, utilizamos fontes documentais e interpretativas, bem como entrevistas e depoimentos. Foram elaboradas fichas básicas de pesquisa, a partir de indicadores constantes dos documentos recebidos da Casa de Oswaldo Cruz. Procedeu-se à gravação de depoimentos de estudiosos e personagens da História da Medicina de Goiás, nos últimos 50 anos, que nos orientaram quanto às instituições de saúde com as quais deveríamos trabalhar, bem como indicaram os contatos a serem feitos. Ademais, foi realizado o histórico e a análise arquitetônica de todas as instituições, bem como a avaliação do seu acervo, quando havia. No desenrolar dos trabalhos, foram descartadas algumas instituições que se havia previsto pesquisar, quando se constatou, *in loco*, sua pouca relevância histórica e patrimonial.

Diante disso, visitamos ao todo vinte instituições, sendo realizada a pesquisa em quatorze, três na cidade de Goiás e onze em Goiânia. Na cidade de Goiás foram escolhidos: o Real Hospital Militar, provavelmente de 1749; o Hospital São Pedro Alcântara, criado em 1825; e o Asilo São Vicente de Paulo, inaugurado em 1909. Em Goiânia as instituições pesquisadas foram: Santa Casa de Misericórdia, Colônia Santa Marta, Hospital São Lucas,

Hospital Santa Helena, Hospital Santa Genoveva, Hospital São Salvador, Hospital das Clínicas da UFG, Hospital Geral de Goiânia, Faculdade de Medicina e IPTSP, Hospital Araújo Jorge e Superintendência Leide das Neves.

Quanto aos acervos, há que se aguardar – quase sem esperança – por medidas de salvaguarda da documentação ainda existente, posto que não há políticas públicas no estado direcionadas aos arquivos da área da saúde, sejam eles privados ou públicos. Exemplificando o descaso, registre-se que o arquivo do Hospital Professor Adauto Botelho foi queimado por catadores de papéis, quando o mesmo foi abandonado no prédio onde antes funcionava o Pronto Socorro Psiquiátrico.

Não existem, também, iniciativas voltadas para a criação de museus, ou para a efetivação de tombamentos patrimoniais relacionados com a saúde; nesse ínterim, como exceção, destaco o ainda embrionário projeto do Museu de Ciências da UFG.

Concluiu-se, então, que se faz necessário criar um Centro Digital de Documentação e Informação sobre a Saúde em Goiás, para que se possam digitalizar os acervos ainda existentes e disponibilizá-los em ambiente virtual para pesquisas. Por outro lado, vale ressaltar a importância que têm adquirido os temas pertinentes à saúde, entre docentes e alunos do Programa de Pós-Graduação em História e em Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Um total de dez dissertações e três teses de doutorado foram produzidas nessa área ou em áreas correlatas. Teses de doutorado foram também apresentadas e aprovadas em outros centros universitários por docentes de História e de Antropologia da UFG.

Diretamente relacionadas ao projeto "Rede Brasil. Inventário do patrimônio cultural da saúde: edificações e acervos", foram defendidas, no Programa de Pós-Graduação em História cinco dissertações, além de uma tese que está em via de ser defendida. Todos os autores estiveram ligados ao projeto.

Por fim, foi enviado recentemente para a editora um livro, organizado por Lena Castelo Branco, Cristina de Cássia e Rildo Bento de Souza, que será o coroamento desse projeto. Intitulado *Patrimônio Cultural da Saúde em Goiás: instituições hospitalares, assistenciais, de ensino e de pesquisa*, o livro é composto de oito capítulos escritos por autores vinculados ao projeto e também por convidados especialistas.

Acreditamos que esse projeto pioneiro revelou um importante e até então desconhecido patrimônio cultural da saúde em Goiás, por meio do resgate documental, descrição arquitetônica detalhada e entrevistas, além de poder tornar-se o "embrião" de inúmeras outras pesquisas.

ACERVOS MÉDICOS E DESASTRES RADIOATIVOS: TECENDO MEMÓRIA E CONSTRUINDO CIDADANIA BIOLÓGICA

Telma Camargo da Silva (PPGAS/NEAP-UFG)
telcamargos@gmail.com

Introdução

Nesta comunicação problematizo aspectos éticos e de sigilo na produção e guarda de documentos médicos sobre a exposição humana à radiação. A discussão é feita a partir do desastre radioativo de Goiânia ocorrido quando um aparelho de radioterapia abandonado foi coletado e aberto, em 1987, por um grupo de pessoas, causando a liberação de césio-137 (Silva, 2002). No gerenciamento do desastre, o governo de Goiás criou a Fundação Leide das Neves Ferreira (FUNLEIDE), que tinha, entre outros objetivos, o de pesquisar os efeitos da radioatividade e manter um acervo médico. Para esta reflexão, retomo dados de pesquisa etnográfica feita em diferentes etapas (1987-1990; 1996-1997; 2010).

O saber na intersecção entre política e ética

Entre os campos científicos consolidados no século XX está a radioatividade causadora de uma forma particular de risco: o da contaminação radioativa. Esse tipo de risco caracteriza, segundo Beck (1993), a "sociedade de risco" em que o controle das informações sobre os efeitos da radiação garante segurança aos indivíduos e aos Estados-Nação. Em ambos os casos, os dados empíricos indicam a intersecção entre sigilo e ética e desvendam a dimensão política da produção de conhecimento e de acesso a acervos.

Se remontarmos ao período da Guerra Fria, por exemplo, o conhecimento sobre o efeito da radiação em humanos, necessário para avaliar os impactos biológicos das bombas atômicas, foi produzido com o uso de cobaias. No caso estadunidense, experimentos sem consentimento dos sujeitos foram realizados no período entre 1944 e 1974 em hospitais universitários, patrocinados pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos (HILTS, 1995). Esses acontecimentos vieram a público no governo Clinton (1993-2001) quando uma comissão foi criada para investigar os casos relacionados à denominada "Pesquisa Nuclear Secreta em Humanos".

Em situação de desastre, as pessoas expostas à radiação oferecem aos cientistas uma oportunidade para analisarem as consequências genéticas da radiação sem que seja necessária a exposição intencional de indivíduos, como no caso acima descrito. Os desastres radioativos carregam, por esta razão, um capital simbólico que ultrapassa o interesse científico local. A documentação produzida pelo sistema biomédico-nuclear passa a ser de interesse internacional e o patrimônio genético entra em circulação transnacional. Nesse contexto, seria diferente a produção do conhecimento no que se refere à dimensão ética e ao caráter sigiloso dos dados? Qual a relação entre memória, identidade e acervo médico?

Sofrimento matemático e cidadania biológica: identidade tecida com acervos médicos

No caso de Goiânia, as medidas compensatórias são aplicadas a partir do "sofrimento matemático" (Silva, 2004). Ou seja, são as doses de radiação registradas nos documentos produzidos pelo saber médico-nuclear que garantem aos atingidos o acesso às políticas públicas implementadas pelo Estado. Esse sofrimento comprovado prioriza a "cidadania biológica" (Petryna, 2007) e afirma a importância da conservação de um acervo médico.

No caso do acervo da FUNLEIDE, contudo, sua guarda não foi objeto de uma política consistente de conservação ao longo dos anos. A falta de estrutura física, de recursos financeiros e de pessoal especializado para higienizar, catalogar e acondicionar os documentos colocou em risco dados importantes para a garantia futura dessa "cidadania biológica" (Jornal *Folha de S.Paulo*, 1990; Jornal *O Popular,* 2007).

Mas se o descuido em relação a essa documentação parece ter sido superado com a criação, em 2004, do Sistema de Monitoramento dos Pacientes Radioacidentados (SISRAD), o acesso restrito a esses documentos ainda necessita ser discutido. No contexto da "política da memória" (Silva, 2004) em que se confrontam narrativas engendradas pelo "sofrimento métrico" e narrativas elaboradas a partir das experiências das pessoas atingidas, o acesso a esse acervo é necessário para um estudo de caráter comparativo. Compartilhando das contribuições da Antropologia da Saúde e da Doença, entendo o saber médico e o nuclear como representações, permeados por subjetividades. Nessa perspectiva, tomar este acervo como objeto de estudo possibilitaria novas análises sobre os processos identitários engendrados em contexto permeado por conflito.

Quanto ao caráter sigiloso das informações contidas nesse acervo, um segundo aspecto carece ser analisado. Em manifesto distribuído pela Associação das Vítimas do Césio-137, em 1992, intitulado "Nota de repúdio", os pacientes afirmaram "[...] não terem acesso aos resultados dos exames aos quais se submetem". Depreende-se que a relação de confiabilidade entre médico e paciente, necessária para o sucesso de quaisquer processos terapêuticos, foi ameaçada pela omissão de informações contidas nos prontuários médicos.

Adentrando o campo da pesquisa, um terceiro aspecto da relação sigilo, ética e produção do conhecimento requer aprofundamento. A cooperação internacional entre a FUNLEIDE e instituições

internacionais sugere a circulação do patrimônio genético de pessoas atingidas pelo desastre de Goiânia fora das fronteiras brasileiras (Ramalho et al., 1988). Material genético circulou através de acordos firmados, por exemplo, com o *Department of Radiation Genetics and Chemical Mutagenesis*, da *State University of Leiden,* Netherlands (FUNLEIDE, *Information Bulletin*, abril de 1989), e com a saída de profissionais da FUNLEIDE para cursos de pós-graduação no exterior, como é o caso de Vera Saddi, para a *University of Victoria*, Canadá (Saddi et al., 1996). Esses fatos problematizam o consentimento livre e esclarecido das vítimas para a coleta e circulação de sangue em laboratórios internacionais.

Em resumo, as questões aqui colocadas pretendem: Reposicionar nos documentos e acervos produzidos pelo sistema médico nuclear o lugar de "sujeito" das pessoas sobre cujos corpos se produz o conhecimento acerca dos efeitos da radiação; Indagar sobre o papel das ciências humanas na guarda e conservação desses acervos, bem como problematizar o caráter de sigilo dos mesmos; Questionar sobre os aspectos morais e éticos que norteiam a circulação do patrimônio genético de pessoas atingidas pelo desastre radioativo de Goiânia. E, por fim, analisar qual a fronteira entre as cobaias estadunidenses no contexto da Guerra Fria e as "cobaias" sobre quem se produzem os documentos sigilosos em contexto de desastre radioativo.

Referências

BECK, Ulrich. *Risk society towards a new modernity*. London: Sage, 1993.

FUNDAÇÃO LEIDE DAS NEVES (FUNLEIDE). *Information Bulletin*. Goiânia, abr. 1989.

HILTS, Philip. Panel Urges U.S. to Apologize for Radiation Testing and Pay Damages. *The New York Times,* October 3, p. A 19, 1995.

JORNAL *FOLHA DE S.PAULO*. *Vítimas estão sem acompanhamento*. São Paulo, domingo, 21 jan. 1990, p. C4.

JORNAL *O POPULAR*. *Acervo corre risco de se perder por más condições*. Goiânia, 15 set. 2007, p. 5.

PETRYNA, Adriana. *Life exposed*: biological citizens after Chernobyl. Princeton: Princeton University Press, 2007.

RAMALHO, A. T. et al. Dose assessments by cytogenetic analysis in the Goiânia (Brazil) radiation accident. *Radiation Protection Dosimetry,* s. l., v. 25, n. 2, p. 97-100, 1988.

SADDI, Vera et al. Increased *hprt* mutant frequencies in Brazilian children accidentally exposed to ionizing radiation. *Environmental and Molecular Mutagenesis*, s. l., v. 28, n. 3, p. 267-275, 1996.

SILVA, Telma Camargo da. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annette (Org.). *Tecnologias do corpo*: uma antropologia das medicinas no Brasil. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. p. 201-225.

_____. *Radiation illness representation and experience*: the aftermath of the Goiânia radiological disaster. Tese (apresentada para obtenção do título de Ph.D) – City University of New York, Graduate Center, New York, 2002.

OFICINA - PROJETO “KANAXYWE E O MUNDO DAS COISAS KARAJÁ: PATRIMÔNIOS, MUSEUS E O ESTUDO ETNOGRÁFICO DA COLEÇÃO WILLIAM LIPKIND DO MUSEU NACIONAL (RJ)”

RASTREANDO LIPKIND: LEVANTAMENTO E CONSERVAÇÃO DE UMA COLEÇÃO KARAJÁ

Cecilia de Oliveira Ewbank (Museu Nacional/UFRJ-CNPq)
oe.cecilia@gmail.com

Nos últimos anos a interação entre patrimônio e antropologia tem resultado em importantes discussões para esta disciplina. Nesse âmbito, foi elaborado o projeto "Kanaxywe e o mundo das coisas Karajá: patrimônios, museus e o estudo etnográfico da coleção William Lipkind do Museu Nacional (RJ)",[1] que visa aprofundar os conhecimentos sobre a trajetória da cultura Karajá, partindo da coleção reunida pelo antropólogo estadunidense William Lipkind no período de 1938 a 1939, quando da sua estadia entre o grupo.

Acompanhado de sua esposa e de um assistente, Lipkind esteve no Brasil em uma expedição cujos objetivos consistiam na realização de estudos linguísticos e etnográficos, registro fotográfico e coleta de objetos. Autorizada mediante o trâmite do processo pela Embaixada Americana, Ministério das Relações Exteriores e Museu Nacional, a licença de pesquisa foi condicionada à entrega de duplicatas das peças para o Governo Brasileiro. O estabelecimento dessa condicional, bem como a adição de um termo que garantisse a vinda do material para o MN e a prévia autorização por um técnico do Conselho do que poderia ser exportado, só foi possível mediante a influência da

1 O projeto vem sendo desenvolvido no Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) do MN/UFRJ em colaboração com o Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais da Universidade Federal de Goiás (NEAP/UFG), sob a coordenação do Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho (UFG), com financiamento do CNPq.

antropóloga Heloísa Alberto Torres, à época representante do museu junto ao Conselho (Grupioni, 1998, p. 94-102 e 304).

Omitida das bibliografias referentes a acervos de procedência Karajá, inclusive a do próprio Lipkind (Donahue, 1982; Lima Filho, 1994; Toral, 1992; Rodrigues, 1993, 2008; Petesch, 1992, 1993; Lipkind, 1940, 1948), essa coleção foi apenas citada brevemente pelo antropólogo Grupioni, conforme menção acima, e por Taveira (1982). O recente desvelamento da coleção do MN resulta da retomada das pesquisas sobre os Karajá pelo antropólogo Manuel Lima Filho, cuja produção sobre este grupo remonta à década de 1980 (Lima Filho, 1982). Configurando o conjunto das primeiras coleções Karajá no Brasil e um dos raros registros sobre a trajetória de Lipkind, a coleção é de grande relevância para a compreensão da história patrimonial Karajá.

O presente trabalho pretende relatar a estratégia museológica concebida para esse acervo desde o levantamento dos dados e o processo de manuseio dos itens até a implementação de soluções técnicas sustentáveis e acordes com os padrões de conservação. As ações efetivadas e aquelas ainda em processo foram realizadas no intuito de preservar as características originais do acervo e contribuir para sua pesquisa e documentação, tendo como norte o respeito ao povo e ao patrimônio indígena. Os dados descritos abaixo decorrem dos desdobramentos dessas pesquisas e dos procedimentos por mim efetivados, desde o início de 2014.

Incorporada ao MN no final da década de 1930, a coleção Lipkind foi integrada ao conjunto das coleções indígenas brasileiras, que soma hoje aproximadamente 30.000 itens. Decorrem desse processo sua identificação, classificação, organização e exposição até a atual pesquisa no âmbito do projeto Kanaxywe. Registrados nos Livros de Tombo do SEE/MN através do nome do coletor, entre outras informações, 533 itens acusaram o nome de Lipkind, dos quais 255 foram localizados até o momento. Majoritariamente composta por objetos de procedência Karajá

(228 itens), mas também Javaé (141 itens), Gorotire (84 itens) e outras etnias de menor incidência, a coleção apresenta artefatos de plumária, cestaria, cerâmica, trançados, armas, instrumentos musicais, objetos do cotidiano, objetos rituais e outros.

Um registro precioso das informações relacionadas à coleção consiste no conjunto de fichas catalográficas dos objetos. Analisando somente aquelas referentes aos itens já identificados na coleção, constataram-se seis diferentes modelos elaborados e preenchidos entre os períodos de 1955 e a primeira década de 2000 por diversos profissionais vinculados ao SEE, dentre eles Berta Ribeiro, autora do *Dicionário do artesanato indígena*. Contendo campos de registro similares e/ou complementares, além de desenhos ilustrativos das peças, as fichas funcionam como um inventário descritivo e visual dos objetos a que remetem.

Tendo em vista o curto espaço de tempo do projeto, as diversas demandas oriundas do grupo de pesquisa e a falta de uma base de dados do acervo, e com vistas a ordenar categoricamente as peças e reunir novas e antigas informações, optou-se por elaborar uma nova ficha. Para tanto, procedeu-se à pesquisa de modelos de fichas catalográficas utilizados para acervos etnográficos, tais como os do Museu do Índio (RJ), do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Comitê Africano do *International Council of Museums (*ICOM, AFRICOM). O cruzamento dos campos desses modelos com aqueles das fichas utilizadas no SEE/MN deu origem à nova ficha, elaborada em adequação às categorias definidas por Berta Ribeiro, no *Dicionário do artesanato indígena*, obra de referência para a catalogação de acervos indígenas brasileiros. Ademais, foram incluídos na documentação o registro fotográfico dos itens e campos relativos ao seu estado de conservação, ambos até então inexistentes ou raramente preenchidos. As novas fichas estão sendo reunidas em fichários de modo a fornecer uma compilação das informações

já conhecidas e preservar as fichas precedentes, que constituem, por si só, um arquivo valioso.

A etapa atual do projeto consiste no trabalho preliminar de conservação das plumárias. Dispondo de três novas mapotecas, tenho trabalhado na confecção de placas a partir de materiais inertes (poliondas, ethafoam, algodão neutro) para acondicioná-las.

Todas essas etapas têm por objetivo organizar a coleção Lipkind, destacando-a na sua relevância – sem, contudo, romper suas ligações com os demais conjuntos contemplados no SEE –, e rastrear a reciprocidade das camadas de análises imbricadas no trânsito das coleções etnográficas para e pelo museu, a fim de aprimorar o conceito de patrimônio material a partir das relações transdisciplinares entre a museologia e a antropologia.

Referências

DONAHUE JR, George Rodney. *A contribution to the etnography of the Karajá indians of central Brazil***.** Dissertação (Mestrado) – Departament of Antropology, University of Virginia, Virgínia, 1982.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

LIMA FILHO, Manuel F.; BRANDÃO, Eugênia A. N. *Cerâmica Karajá e outras notas etnográficas*. Goiânia: Ed. UCG, 1982.

_____. *Hetohoky*: um rito Karajá. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

LIPKIND, William. Caraja Cosmography. *The journal of the American Folklore*, v. 53, n. 210, p. 248-251, 1940.

_____. The Carajá. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South American Indians.* Washington : Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1948. v. 3.

PETESCH, Nathalie. *La pirogue de sable modes de représentation et d'organisation d'une société du fleuve*: les Karajá de l'Araguaia (Brésil Central). Tese (Doutorado em Antropologia) – Université Paris X, Paris, 1992.

_____. A trilogia Karajá: sua posição intermediária no continuum Jê-Tupi. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). *Amazônia*: etnologia e história indígena. São Paulo: USP-NHII/Fapesp, 1993.

RIBEIRO, Berta. *Dicionário do artesanato indígena*. São Paulo: EdUSP, 1988.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *O povo do meio*: tempo, cosmo e gênero entre os Javaé da ilha do Bananal. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

_____. *A caminhada de Tanyxiwè*: uma teoria Javaé da História. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Chicago, Chicago, 2008.

TAVEIRA, Edna Luisa de Melo. *Etnografia da cesta Karajá*. Goiânia: Ed. UFG, 1982.

TORAL, André Amaral de. *Cosmologia e sociedade Karajá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

INQUIETAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

Rafael Santana Gonçalves de Andrade (UFG)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
rafaelsgandrade@gmail.com

Ainda na graduação em Ciências Sociais, minha atenção foi despertada para a temática da cultura material, de modo especial sobre objetos indígenas. Inquietava-me o fato de objetos envoltos de significado místico que ultrapassa a barreira de um simples utensílio funcional – pois demarca diferenças e, muita das vezes, propicia a comunicação entre os níveis cosmológicos do grupo – serem extraídos de seu contexto e expostos nas vitrines dos museus como objetos científicos ou "arte primitiva" (Andrade, 2014).

Ingressei, em 2012, no projeto de pesquisa do Professor Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Federal de Goiás): "Kanaxywe e o mundo das coisas Karajá: patrimônios, museus e o estudo etnográfico da coleção William Lipkind do Museu Nacional (RJ)",[1] quando tive acesso ao acervo do Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ). O setor abriga hoje mais de 50.000 peças de diversas etnias sul-americanas, dentre elas as coleções Karajá,[2] que vão desde o fim do século XIX até a segunda metade do século XX. O projeto Kanaxywe consiste no estudo da coleção do antropólogo estadunidense William

1 Projeto Kanaxywe daqui em diante.

2 Os Karajá ou povo *Iny,* como se autodenominam, são habitantes seculares da região central do Brasil. Residem às margens do Rio Araguaia (*Berohoky*, grande rio, na língua nativa) – sua principal referência de espaço – e estão concentrados no médio Araguaia (Andrade, 2014).

Lipkind, o qual esteve entre os Karajá nos anos de 1938 e 1939, quando realizou seu trabalho de campo e coletou quantidade significativa de peças, as quais hoje estão sob a guarda do MN/UFRJ.

Nesse primeiro momento, em face do meu ingresso no mestrado em Antropologia Social, propus um estudo da plumária Karajá a partir dos objetos abrigados na coleção William Lipkind. Estava preocupado em elucidar os processos de produção desses objetos, seus significados e usos no contexto Karajá, além de trazer à tona os sentidos de guardá-los em instituições como museus.

Em julho de 2014, em etapa do projeto Kanaxywe, realizei minha primeira entrada ao campo, na aldeia Santa Izabel do Morro, Ilha do Bananal (TO). Nessa ocasião, tive o privilégio de entrar em contato com o líder ritual Sokrowé Karajá, que me acolheu em sua família e me nomeou. Durante nossos encontros, com um objetivo estabelecido e interiorizado, eu direcionava os diálogos com Sokrowé sempre rumo ao tema que havia estabelecido para minha pesquisa: a plumária. O fato curioso, que me provocava, era que, sem muito esforço, os nossos diálogos sempre acabavam na temática do xamanismo. Aqueles encontros, marcados por longos diálogos, me fizeram notar como a pesquisa antropológica atravessada pela experiência etnográfica leva o pesquisador a repensar grande parte de suas proposições elaboradas antes da etapa de campo.

Da parte de Sokrowé, houve o interesse de expor suas impressões e conhecimentos sobre o xamanismo; de meu lado, havia os ouvidos receptivos para tal sabedoria. Tudo isso se desenrolou em apenas oito dias de experiência de campo, e a síntese desses encontros foi suficiente para me provocar inquietações teórico-metodológicas que mudariam alguns de meus posicionamentos. Antes já havia definido como objeto de pesquisa a plumária Karajá, porém o contato com temas como rituais e xamanismo,

aliados à natureza da relação – antropólogo e interlocutor – que ali se construía, me conduziram a questões arroladas no contexto dos atuais debates antropológicos.

As discussões pós-modernas na antropologia em torno da "autoridade etnográfica", tema amplamente abordado por James Clifford (2008), indicaram a necessidade de se repensar a relação entre pesquisador e interlocutor no contexto da disciplina. Questionamentos como este apontaram para a importância de uma relação dialógica que atenue o distanciamento entre os atores envolvidos na construção do conhecimento antropológico.

Ainda no contexto das críticas ao fazer antropológico, Johannes Fabian (2013) aponta que a pesquisa nesse contexto só se realiza a partir da temporalização, e tal processo ainda é conduzido a fim de manter a distância entre o tempo do antropólogo e o tempo do "outro", o que Fabian nomeou de "negação da coetaneidade"; nas palavras do autor: "Por meio dessa expressão quero indicar uma persistente e sistemática tendência em identificar o(s) referente(s) da antropologia em um Tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico" (Fabian, 2013, p. 67). Esse posicionamento também se faz presente pela insistência clássica do fazer antropológico que parte da premissa de que o "outro" é diferente, ao invés de tomar a diferença como um produto final do trabalho antropológico, por meio da pesquisa (Gupta; Fergson, 1992).

Além dessa problemática, também estava ciente de que o tema que propus pesquisar estava imerso em relações conflituosas. Os processos que envolveram e envolvem a coleta e guarda de objetos "exóticos" são permeados por relações coloniais que marcaram e ainda persistem em nortear boa parte das políticas institucionais dos museus responsáveis por tais objetos. Como é o caso apontado por Sally Price (2012), em sua crítica ao Museu do Quai Branly de Paris, ao chamar a atenção para as práticas dos museus que, mascaradas de um discurso pós-modernista, ainda

persistem em manter distante o artista/artesão das discussões internas da instituição. Em outras palavras, o subalterno é silenciado, ele não pode falar por si mesmo sobre aquilo que ele mesmo criou, a sua versão só é contada pelo "outro", o antropólogo/coletor ou o museógrafo (Price, 2012).

Nesse sentido, estando ciente de tais apontamentos, me pareceu plausível considerar os elementos novos que ganhavam espaço nos diálogos com Sokrowé. O papel de líder ritual é um espaço de prestígio no contexto social e cultural Karajá, o qual tradicionalmente foi ocupado por anciões, mais velhos e experientes, o que torna especial o caso de Sokrowé, que é considerado jovem para o cargo; além do fato de ser sucessor de um influente xamã, seu sogro Maluaré (Lima Filho, 1994).

Nesse contexto, notei que talvez a ansiedade em expor assuntos relacionados a rituais e práticas xamânicas – a que dedicava tanto tempo Sokrowé em nossos diálogos – poderia ser a expressão da vontade de expor seu domínio sobre o assunto, a fim de se afirmar digno do papel que ocupa, diante de mais uma de suas esferas de relações.

Em uma tentativa de aliar os interesses de ambas as partes, minha e de Sokrowé, de forma a alinhar teoria e prática, focar meus esforços em um estudo da plumária já não me parecia viável, uma vez que minha trajetória no campo estava marcada por aquela relação que se estabelecera. Portanto, o diálogo e a proximidade com Sokrowé e sua família se tornaram parte fundamental da trajetória que percorri e ainda pretendo percorrer para a elaboração de reflexões antropológicas, no contexto da pesquisa que propus. A etnografia pensada, nesse sentido, como relato de percurso (Silva, 2009).

Concatenando todos esses conceitos citados, mudei meu foco de análise, tirando do centro os objetos de plumária e voltando minha atenção para os objetos rituais e mágicos usados pelo

xamã Karajá; aliava, dessa forma, os interesses que se fazem presentes na relação pesquisador/interlocutor. Mantive a análise de objetos da coleção William Lipkind, a qual me propus desde o princípio, mas dessa vez focada naqueles objetos eleitos por Sokrowé como importantes para reflexões que envolviam assuntos de seu domínio.

Referências

ANDRADE, Rafael S. G. de. Cultura material e narrativas coloniais: ações museológicas e seus significados sobre povos tradicionais. In: RIAL, Carmem; SCHWADE, Elisete (Orgs.). *Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília: Kiron, 2014.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Tradução de Patricia Farias. Organização de José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

FABIAN, Johannes. *O tempo e o outro:* como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Beyond Culture: space, identity and the politics of difference. *Cultural Anthropology*, v. 7, n. 1, p. 6-23, 1992.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Hetohoky:* um rito Karajá. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PRICE, Sally. Silenciando o subalterno: reflexões sobre o Museu do Quai Branly em Paris. In: LIMA FILHO, M. F.; MARTINS, D. C.; NUNES, J. O. (Org.). *Subalternidades, fluxos e cenários*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, jul./dez. 2009.

GT-02 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO

PRÁTICAS COMUNICACIONAIS APLICADAS AOS MUSEUS NA CONTEMPORANEIDADE

Marina Roriz Rizzo Lousa da Cunha (UFG)
roriz.marina@gmail.com

Os museus da atualidade estão a enfrentar sérios desafios. Cada vez mais se lida com uma série de transformações culturais, econômicas, tecnológicas, políticas e de outras naturezas, que põem em perigo o equilíbrio entre a missão de conservar, educar e comunicar dos museus e as forças de mercado. Questões como a diminuição dos financiamentos públicos, o aumento da concorrência – tanto por parte de outros museus, quanto pelo crescimento da indústria do entretenimento e lazer –, as flutuações dos fluxos turísticos, as novas tecnologias de comunicação e informação e a forma como expõem conteúdos, entre outros aspectos, têm desfeito a imagem dos museus como instituições intocáveis, justificadas apenas perante uma elite cultural. Nesse sentido, na visão de Andrade (2008), é notório que muitos museus têm enfrentado sérias dificuldades financeiras e, para tentarem sobreviver nessa ótica, têm caminhado para se reestruturarem a partir da lógica de mercado, buscando conquistar novas audiências (Garcia, 2003).

O contexto atual está a exigir das instituições museológicas uma melhor gestão de seus recursos, de forma a se estruturarem como organizações direcionadas ao mercado, enquanto mantêm suas tarefas originais. Neste sentido, a museologia moderna tem reconhecido, cada vez mais, a necessidade dos museus em responderem aos desafios e mudanças impostas, dentre elas, o reforçar do papel da comunicação organizacional como fator chave na relação dessas entidades com seus públicos de interesse.

Nessa ótica, a comunicação ajuda a amplificar discursos – tornando-os públicos e acessíveis –, expande a capacidade de interação, democratiza saberes, além de permitir a colaboração e a cooperação a partir das plataformas disponíveis, principalmente via internet (Giussani, 2008, apud Andrade, 2008). Além disso, dá visibilidade às informações, podendo auxiliar museus a divulgarem uma imagem de credibilidade para com seus públicos e, também, constituírem relações de confiança com colaboradores, órgãos de comunicação social, públicos dirigidos e comunidade.

Para que o museu possa se comunicar com seus públicos, várias são as ferramentas disponíveis hoje, que podem ser utilizadas tanto para uma comunicação de audiência quanto dirigida, dependendo da necessidade e objetivos pretendidos. Publicidade, relações públicas, novas tecnologias de comunicação associadas principalmente à internet são apenas alguns dos instrumentos que podem ser utilizados.

Em termos de publicidade muitas são as empresas e organizações, inclusive sem fins lucrativos, que reconhecem seu desempenho em cinco funções: informar, influenciar, relembrar e aumentar o destaque, agregar valor e auxiliar outros esforços das empresas. Ao informar, a publicidade torna marcas, produtos, serviços, instituições, causas, ideias conhecidos; a propaganda faz com que consumidores se tornem conscientes, ensina-lhes as características e benefícios distintos do anunciante e estimula a criação de imagens positivas com a marca, produto, serviço ou instituição. Ao influenciar, estimula a ação dos consumidores, dando-lhes argumentos sensatos e apelos emocionais pelos quais devem optar por um ao invés do outro. Já ao relembrar, a propaganda consegue manter uma marca, produto, serviço, ideia, causa ou instituição sempre frescos na memória do consumidor, proporcionando-lhes destaque, enriquecendo o traço da memória, aumentando o interesse

de seus públicos e gerando maior probabilidade de aquisição/adesão. Propaganda também trabalha agregando valor ao que é oferecido, melhorando a percepção do consumidor sobre o que lhe é apresentado. E, por último, tem a habilidade de ampliar impactos de outras ferramentas de comunicação que estejam sendo utilizadas conjuntamente. Propaganda, portanto, legitima argumentos, torna-os confiáveis.

Em termos práticos, alguns museus já compreenderam que na atualidade não basta que essas entidades desenvolvam atividades (exposições permanentes e temporárias, ações educativas, atividades de edição, bibliotecas, centros de documentação, arquivos e serviços de formação, ateliers de restauração, laboratórios, consultorias etc.). É necessário que essas informações cheguem aos públicos de interesse "de forma rápida, cativante e acessível" (Andrade, 2008, p. 17). Para a referida autora, a publicidade "revela-se como um elemento chave que o museu tem à sua disposição na comunicação com os públicos" (p. 17).

Outra ferramenta que pode auxiliar no processo de comunicação dos museus com seus públicos de interesse são as relações públicas, que têm função prioritária de promover um bom relacionamento entre uma empresa ou organização e seus diversos públicos de interesse (consumidores, imprensa, funcionários, acionistas, entidades organizadas etc.), atuando em termos proativos ou reativos. Em termos proativos, as relações públicas agem através do envio de material informativo (releases) à imprensa, a autoridades, a profissionais especializados, numa tentativa de gerar exposição adicional ao assunto trabalhado, dando-lhe valor de notícia e propiciando-lhe maior credibilidade. Existem também as declarações executivas, responsáveis por levar ao público da corporação questões relevantes, tais como desenvolvimentos e tendências do setor, visões da economia, análises sobre questões específicas etc.

Já em termos reativos, as relações públicas lidam com situações de crise, eventos não previstos, mas que exigem resposta direta da instituição envolvida. As relações públicas se caracterizam por um esforço planejado para influenciar a opinião pública através de informações de qualidade e atos responsáveis, funcionando como uma interface entre a entidade (emissor) e seus públicos (receptor). No contexto museológico, Andrade (2008) acredita que as relações públicas ajam fortalecendo a formação de uma imagem de credibilidade, no desenvolvimento e fortalecimento de uma atmosfera de confiança junto aos colaboradores e órgãos de comunicação social (imprensa), e, ainda, na instituição de boas relações com públicos dirigidos e comunidade.

Em relação às novas tecnologias de comunicação (também chamadas novas *media*), são variadas as possibilidades de ferramentas de comunicação disponíveis, principalmente via internet. Essas ferramentas se caracterizam por sua capacidade de individualização das mensagens e interatividade, por permitirem interação e participação com o público de interesse, além de maior transparência e credibilidade. São sites, blogs, podcasts, redes sociais, emails, buscadores, telefone celular, games, vídeos, entre outras opções. São mídias baratas, focalizadas e que permitem o acompanhamento imediato do desempenho de cada uma delas.

Referências

ANDRADE, J. *O museu na era da comunicação on-line*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, junho de 2008.

GARCIA, N. G. *O museu entre a cultura e o mercado:* um equilíbrio instável. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003.

MR-04 ANTROPOLOGIA, PATRIMÔNIO E FORMAS EXPRESSIVAS

TOADAS DE REIS EM INHUMAS (GOIÁS)

Sebastião Rios (UFG)
sebastiaorios@gmail.com

A Companhia de Santos Reis de Inhumas se destaca pela grande variedade de toadas[1] apresentadas em seus giros. Em trabalho de campo recém-concluído, foram registradas 45 toadas diferentes. Essa diversidade de toadas não é comum em uma mesma cidade e tem relação com a forte migração para o município, com os contatos dos embaixadores com LPs, fitas cassete, vídeos e CDs de Folias de Reis de outras localidades, e também com o intercâmbio decorrente da participação de foliões de Inhumas nas folias da região (Araçu, Caturaí, Damolândia, Itaberaí, Itaguari, Itauçu, Petrolina, Santa Rosa, entre outras) e em encontros de Folias de Reis.

As toadas são identificadas pelo nome do folião – contemporâneo ou antigo – que as criou e/ou repassou (Geneci, João Baianinho), nome da localidade em que foram ouvidas (Cerradinho, Damolândia, Trindade), pela estrutura de vozes na resposta ao cantorio do embaixador, por um trecho da resposta, pela estrutura da estrofe etc. Para exemplificar algumas diferenças entre as toadas, tomaremos como categoria de análise a estrutura da estrofe.

Os foliões chamam de "verso" uma quadra, estrofe de quatro versos, normalmente com sete sílabas métricas (redondilha maior). Após a embaixada, a resposta repete, dividindo a altura das vozes, o último verso da quadra – mais frequente – ou os

1 Toada compreende a estrutura dos versos e das respostas, a melodia e o ritmo do cantorio.

dois últimos. Para distinguir dessas toadas, os foliões chamam de "meio verso" as toadas em que o embaixador canta dois versos (dístico ou parelha) e a resposta entra repetindo o último verso ou ambos. Essas são chamadas de "meio verso" porque o sentido da estrofe e a rima se completam apenas no segundo par de versos subsequentes. É o caso da toada "São Sebastião", composição de Lourenço Francisco Ferreira (melodia da embaixada e da 1ª, 2ª e 3ª vozes da resposta):

Bom dia, dono da casa/os Três Reis aqui chegô
Vêm benzer sua morada/e a família do sinhô.

"João Baianinho" é possivelmente a toada de "um verso"[2] mais frequente em Inhumas. Essa toada deve seu nome ao apelido de seu compositor, folião da região de Inhumas, já falecido. Após a embaixada, a resposta repete o último verso da quadra. Para exemplificar, trazemos um trecho da "Anunciação", letra composta pelo embaixador Luiz Carlos Gomes Frazão (Luizinho) a partir do Evangelho de Lucas (1, 26-45):

Já era o sexto mês/da gravidez de Isabel/Maria foi visitada/pelo anjo Gabriel
O anjo então saudou Maria/com gesto doce e amigo/salve, oh, cheia de graça/que o Senhor está contigo.

Única toada de "dois versos" apresentada em Inhumas, a toada "Violinha" foi criada a partir do uso da melodia de uma canção de André & Andrade para temas de reis. É considerada uma toada particularmente difícil, uma vez que o embaixador tem de articular uma estrofe de oito versos (oitava), rimando o 2º, 4º, 6º e 8º. Outra particularidade dessa toada é que a embaixada é feita em solo nos primeiros quatro versos e em dueto nos últimos quatro. A resposta repete o 7º e 8º versos:

2 As denominações de "um verso" e "dois versos" não são usuais entre os foliões. Por analogia, estão sendo introduzidas aqui para fins de clareza da exposição.

Deus vos pague a bela oferta/que não têm pena de dar/o que vós dá pra Santos Reis/Deus põe outra no lugar/glorioso Santos Reis/é quem vai lhe abençoar/e que dá vida e saúde/o que é seu há de aumentar.

As manifestações da cultura popular tradicional têm forte traço grupal e a tradição desempenha papel de coesão social e moral nas comunidades que a mantêm. Usos e costumes, lendas e narrativas, cantos e rezas são formas de explicação do mundo fundadas em um valor cognitivo consensualmente estabelecido. Eles estabelecem modelos de comportamento, preservam crenças e valores (Bosi, 2002). De um modo geral, essas manifestações são caracterizadas pela sua antiguidade e persistência, com certa tendência para o anonimato dos criadores – cuja referência vai se perdendo com o passar do tempo –, e por fortes traços da oralidade, que muita vez extravasa para a fixação escrita, quando há (Cascudo, 1952).

Convém lembrar, contudo, que a cultura e o saber do povo são heterogêneos e se desenvolveram a partir de processos que são históricos e complexos. A produção artística e cultural do povo pode integrar elementos de escrita ao lado dos de oralidade, assim como pode lidar, simultaneamente, com o sagrado e com o profano. Próxima da esfera do trabalho, ela não exclui necessariamente elementos de lazer (Cavalcanti, 2001). E – o que importa mais diretamente a este ensaio – seu traço cultural coletivo não impede a autoria individual; ele implica, antes, a conexão estreita do talento individual, da criatividade do artista com saberes, fazeres e valores do povo.

A Folia de Reis em Inhumas se encontra claramente nessa situação de heterogeneidade social e contato com produtos veiculados pela mídia. Na pesquisa de campo foram identificadas várias letras e toadas de compositores conhecidos. A maioria deles vivos e atuantes e alguns já falecidos. O reconhecimento da autoria é muito valorizado entre os foliões e a perspectiva

de esse reconhecimento extrapolar os limites tradicionais de atuação dos grupos é extremamente bem vinda, o que mostra a vigência dos aspectos morais relativos ao direito autoral. Há que considerar, entretanto, que os autores de toadas ou versos não fazem qualquer restrição ao uso de suas composições na atuação das folias de reis, na região ou fora. Assim, embora valorizem o reconhecimento da autoria, consideram suas obras como pecúlio comum da comunidade de devotos de Santos Reis.

Esse fato tem implicações também sobre os aspectos patrimoniais e econômicos ligados aos direitos autorais. Até o caso extremo da cópia não autorizada, em caso de gravações, é minimizado pelo fato de, ao fim e ao cabo, contribuir para o principal intuito do folião: a evangelização, a comunicação da boa nova do nascimento de Jesus. Além disso, a participação nas vantagens econômicas, no caso de venda de produtos culturais, reserva algumas complicações no que concerne à autoria individual em manifestações culturais coletivas, tradicionais e difusas. Mesmo com a autoria perfeitamente caracterizada, ainda fica alguma zona cinzenta nessa questão. Tomando como exemplo o caso da toada "São Sebastião", composta por seu Lourenço, temos que os versos normalmente usados com a toada são tradicionais e encontráveis com ligeiras variações em outras folias de reis e em outras localidades. Já no caso dos versos da "Anunciação", composta por Luizinho, a situação é inversa. A letra é de sua autoria, mas foi gravada com a toada de autoria de outro folião, toada essa historicamente incorporada no repertório dos foliões de Inhumas e redondeza.

A preocupação com autorizações para gravação ou com a remuneração pela venda inexistia até recentemente. E na maioria dos LPs, CDs e vídeos consultados não há qualquer menção à autoria ou autorização expressa de sua utilização. No momento, tanto a legislação vigente como a prática de gravadoras, editoras e produtores consideram essas manifestações como sendo de

domínio público, categoria que deveria ser aplicada apenas aos casos de autoria desconhecida ou de autor falecido há mais de setenta anos.

A mudança nessa percepção, embora venha reforçar os direitos morais do autor sobre sua obra e abrir alguma perspectiva de remuneração pelo seu uso comercial, esbarra em algumas dificuldades de ordem prática. No caso de reconhecimento legal desse tipo de autoria, como ficaria o pagamento dos direitos autorais? Pagar uma parte para o autor identificado e outra parte para as comunidades que preservam a tradição quando a letra ou a música for tradicional? Nesse caso, para qual das várias comunidades que a preservam? Em que proporção seria justo fazer a repartição? E quem receberia e geriria os recursos? Alguma comunidade, um fundo governamental ou um fundo não governamental? E no caso de autores diferentes da letra e da toada, ambos identificados?

Essas e outras questões estão em aberto e releva notar ainda que a privatização de um bem cultural dessa natureza muitas vezes contraria o sistema de valores dessas comunidades, que têm como base o compartilhamento das obras, do saber e de sua transmissão ao longo de gerações.

Referências

BOSI, Alfredo. Homenagem a mestre Xidieh. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 270-282.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Literatura oral*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

CAVALCANTI, Laura Maria. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*, n. 147, p. 69-78, out./dez. 2001.

MR-05 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E CIDADES

SUPRESSÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA NA DEFINIÇÃO DE LUGARES E IMAGENS URBANAS EM GOIÂNIA

Pedro Célio Alves Borges (UFG)
pcab21@hotmail.com

Lidamos nesta reflexão com uma modalidade de supressão da memória coletiva nas configurações urbanas contemporâneas, decorrente do processo denominado "esquecimento obrigatório". Nesse campo de estudos tornou-se frequente articular o tema do esquecimento à esfera da política, a um modo que permite qualificar as narrativas posteriores aos acontecimentos referidos de acordo com a força de fixação das versões que os agentes neles envolvidos produzem, segundo circunstâncias de hegemonia e legitimação.

A referência empírica para o exercício que desenvolvemos localiza-se na sequência de eventos ligados à destruição e sumiço do Monumento ao Trabalhador, em Goiânia, entre 1969 e 1987. A concepção e construção do monumento ao final dos anos 1950 atenderam reivindicação de sindicalistas da cidade, que demandavam reconhecimento das autoridades locais e da população ao papel dos trabalhadores, para que os princípios de justiça e progresso social orientassem o avanço da vida moderna.

Durante quase trinta anos, a presença do monumento atribuiu singularidade visual ao espaço amplo e aberto da praça em que se localizava – Praça do Trabalhador – e, mesmo, ao centro da cidade. As pessoas que passavam nas vias de contorno do local, caminhando, em veículos particulares e nos ônibus percebiam os pilares de concreto fincados no centro da praça, dispostos em dois semicírculos defrontantes, quase completando um círculo perfeito.

Os pilares com sete metros de altura erguiam-se como dois conjuntos de oito colunas interligadas, cada uma servindo de cavalete para um mural de quase 15m de comprimento horizontal e 1,5m de altura, iniciado a 1,5m do chão. Aproximadamente 5m era a distância entre os pilares e as extremidades de um e outro conjunto. A disposição dos dois murais sustentados nos cavaletes facilitava a visualização das imagens neles confeccionadas em mosaicos de pastilhas, por Clóvis Graciano, com referência às "lutas dos trabalhadores" e ao "mundo do trabalho". Espelhos d'água no entorno do monumento interagiam com a amplitude do local, emprestando-lhe leveza e sensação de grandiosidade.

O explícito teor ideológico impregnado às origens e à estética do monumento atraiu ações de hostilidade e o desinteresse das autoridades por sua proteção. Numa madrugada de abril de 1969, ativistas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) derramam piche fervido nos dois murais, dando início à sua destruição. A pasta preta cobre quase a totalidade das duas superfícies e apenas uma pequena parte dos desenhos permanece à vista. Sem que providências de restauração fossem tomadas pelas outras autoridades da prefeitura ou pelas expressões culturais da cidade, as pastilhas foram se deteriorando. Ainda que assim não declarassem, para muitas pessoas, diante do ambiente de ameaças do regime de 1964, iniciativas para proteger o monumento e recuperar suas partes violentadas implicavam posicionamentos que elas não assumiam e riscos que não estavam dispostas a correr. Em 1987, quando é empreendida a extensão da Avenida Goiás Norte, na gestão do prefeito Joaquim Roriz, consuma-se o desaparecimento material deste que foi não apenas um elemento distintivo da praça em frente à Estação Ferroviária, mas também símbolo do movimento socialista em Goiânia. Derrubados por tratores, os pilares deixam de integrar a paisagem e o monumento e seu simbolismo tendem ao esquecimento.

De início, a destruição e sumiço do Monumento ao Trabalhador mostram origem imbricada à repressão da ditadura de 1964.

Porém, soa incompleto creditá-los apenas à ação repressiva. O trabalho do CCC foi concluído em contingências posteriores à ditadura, já desligadas dos arreganhos incivilizados de seus agentes e defensores. O roteiro seguido na pesquisa do período de extirpação do Monumento ao Trabalhador da cena urbana goianiense alinha três categorias principais: repressão política, insensibilidade tecnocrática e omissão quanto à memória e à simbologia das lutas sociais.

Em sua forma completa, o presente artigo dedica o primeiro tópico a captar formulações da literatura sobre o componente de seletividade atuante no ordenamento e fixação das subjetividades coletivas. Sustenta esse enfoque a noção de que a afirmação e a exclusão de significados na memória (e na história) dos que nela compartilham experiências e sentidos dependem das disposições de poder por eles desfrutadas. Derivamos nossa reflexão da noção de Bourdieu, sobre a necessidade de força legítima para ditar versões, limites e significados aos processos sociais, como premissa para obtenção de reconhecimento dos conteúdos narrados (Bourdieu, 1989).

Em segundo lugar, buscamos na classificação de Ricouer o conteúdo de "esquecimento obrigatório", para revestir a reconstituição e as hipóteses sugeridas, ao final, de nítida vertente política (Ricoeur, 2007). A fertilidade de perspectivas que assim combinam categorias atinentes à seletividade da memória política tem se revelado em pesquisas dos processos fundamentais à definição do Brasil como nação (Carvalho, 1987, 1990; Sandes, 2011) e em movimentos contemporâneos de renovação teórica em cujo centro delineia-se uma "política da memória" em contextos globais (Huyssen, 2014).

Em seguida, sinalizamos com evidências empíricas das debilidades de uma política de memória em Goiânia, ressaltando aspectos que, seletivamente, ou exacerbam ou produzem lacunas

quando se trata de fixar fenômenos de natureza política na consciência coletiva.

A terceira parte do artigo dedica-se a expor acontecimentos sobre o Monumento ao Trabalhador, sugerindo uma linha de entendimento para os significados que esse monumento congregou durante sua curta estadia na Praça do Trabalhador. Nessa linha, a "verdade histórica" impõe que se reserve registro especial ao esforço pela reconstituição do monumento, através de Grupo de Trabalho constituído no âmbito da Prefeitura de Goiânia em 2003, pelo seu titular, Pedro Wilson. O relato do grupo converte-se em preciosa fonte de consulta a respeito do lugar em si, e abre diálogos com interpretações das mudanças urbanas advindas de modificações nas imagens e objetos que em diferentes épocas definem alguns espaços típicos das cidades. Por exemplo, ali se registra a ressignificação do local resultante dos usos do monumento em datas especiais e em ocasiões de lutas sindicais (1º de maio, assembleias de grevistas, protestos etc.), o que chega a mudar o nome da praça, de Praça Americano do Brasil para Praça do Trabalhador. O relatório do grupo traz uma reflexão sobre a coexistência de estilos arquitetônicos que a presença modernista do monumento introduz na paisagem central da cidade, caracterizada até então por referências ao predomínio quase exclusivo do *art déco* típico das construções originais do espaço planejado.

Os esboços de duas hipóteses para prosseguir em posteriores pesquisas finalizam o texto. A primeira condensa um pressuposto relacionado à fragilidade das políticas de memória em Goiânia. A segunda assume intenção de trabalhar mais amiúde a compreensão, recorrente em estudos de memória, de que mudanças na paisagem da cidade, quando apagam marcas do seu passado recente, também eliminam da consciência posterior componentes úteis à identificação dos seus lugares e à formação de sentidos de coletividade às novas gerações.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas.* O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

HUYSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*: modernismo, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/ Museu de Arte do Rio, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação* – entre a monarquia e a república. Goiânia: Ed. UFG, 2011.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL? ALTERNATIVAS À RETÓRICA DA PERDA NA ORLA URBANA

Rafael Victorino Devos (UFSC)
rafaeldevos@yahoo.com

Este trabalho, realizado em parceria com colegas e estudantes do Departamento de Antropologia da UFSC,[1] volta-se para a produção de lugares na paisagem costeira da cidade de Florianópolis (SC).

Os chamados conflitos de uso na orla da cidade de Florianópolis remontam a outros casos semelhantes de revisão do processo de ocupação do litoral brasileiro, de degradação ambiental, de grande valorização dos terrenos à beira d'água e de privatização da orla. Tais noções de patrimônio público ou privado, embora pareçam claras para se pensar o controle do acesso à orla, colocam novos desafios quando se trata de pensar as condições de uso da orla. Considerar o litoral, os campos de dunas, as restingas, os costões, os mangues como patrimônio natural brasileiro a ser preservado nos coloca diante da chamada retórica da perda (Gonçalves, 1996); a necessidade da preservação pode situar o objeto a ser preservado em uma originalidade irrecuperável, em desaparecimento. Encontramos a retórica da perda na "morte social" dos rios e córregos, na perda das praias poluídas, temas que discuti em outros estudos (Devos, 2009; Devos et al., 2010).

Entender as práticas de determinados habitantes da orla nos permite superar essas dicotomias entre público/privado, natureza/cultura, ao percebermos que a praia não é um cenário a ser

1 Refiro-me aos colegas Gabriel Coutinho Barbosa e Viviane Vedana, e aos estudantes Victor Vieira Paulo e Paulo Olivier Rodrigues.

ocupado, mas antes um lugar produzido pelas práticas de seus habitantes. Através de pesquisa etnográfica, acompanhamos a produção de lugares na paisagem da cidade durante a temporada de pesca da tainha nas praias de Florianópolis. O desafio que uma modalidade de pesca artesanal, a pesca de cerco na praia, coloca ao debate é o fato de que a praia precisa ser destinada exclusivamente a tais práticas, restringindo-se o acesso a ela por parte de outros agentes.

A temporada de pesca, em suas muitas modalidades (embarcada, com cerco na praia, com tarrafa...), se articula aos ciclos de alterações ambientais. As tainhas são percebidas em movimento. É à "corrida" das tainhas que os pescadores estão atentos. Sua "corrida" envolve seu agrupamento em grandes coletivos, nas alternâncias entre as frias correntezas que vêm do sul e aquilo que interrompe a corrida: a "entrada" das tainhas com as correntezas de norte e nordeste que as aproximam dos costões, praias e estuários. A temporada da tainha também retoma a presença dos cardumes nas redes, nos barcos, nas peixarias, nas churrasqueiras, nas trocas entre fregueses, vizinhos, parentes. Se algumas modalidades longe da costa são mais eficazes quando se trata das muitas toneladas de peixes capturados, outras mais perto de nós são mais eficazes em relação à quantidade de pessoas que conseguem agregar. É a pesca de cerco na beira da praia que marca o encontro da cidade com o mar. Acompanhando as parelhas de "canoas bordadas", redes, "camaradas", "patrões" e "vigias", é possível aprender um tipo de engajamento com o mar que redesenha o litoral da cidade.

Por várias praias assiste-se ao espetáculo das redes sendo puxadas do mar por uma linha de braços que vão se agregando ao esforço de finalizar o lanço e ver circular os "quinhões" de peixes entre sócios, clientes, amigos e parentes. Imagens que se repetem marcando o amor da cidade pela tainha e o mar. Mas há outro tempo que antecede o ritmo vigoroso do "lanço", pouco percebido pelos olhares mais desatentos. É a espera pelos

cardumes, na qual os pescadores podem permanecer horas, dias, desconfiando dos movimentos do mar, atentos aos sinais e maneiras de as tainhas finalmente se mostrarem. Uma espera que se desfia nas conversas no barracão, nas remendadas de rede, nas partidas de caixeta e dominó, no convívio no rancho de pesca. Uma espera que disfarça outra prática fundamental da pesca: a observação dos ciclos de relação dinâmica entre chão, mar e céu; areia, água e vento; coletivos de gente, redes, canoas e peixes. Quem passa na praia e não conhece essa espera pode até não entender por que a areia e o mar precisam estar assim, calmos, sem barulhos e agitos que possam assustar os peixes. Pois estão todos sob estado de discreta atenção, concentrados em "ver peixe".

Durante as temporadas de 2013 e 2014 acompanhamos parelhas de pesca artesanal em algumas praias da cidade. Anotamos, fotografamos e gravamos em vídeo a espera do peixe, os esforços do cerco e os saberes e gestos necessários para enxergar e conhecer o movimento dos peixes e a temporalidade dessa paisagem (Ingold, 2000). Inspirados no conceito de cognição distribuída, de Hutchins (1995), e na abordagem ecológica da percepção, proposta por Gibson (1986), escolhemos a produção de panoramas fotográficos e sequências audiovisuais de tal paisagem como forma de apresentar o desafio da pesquisa. Ensaiamos o engajamento no ambiente percebido, através da transposição dos ritmos e arranjos da paisagem da pesca para a paisagem das imagens, em padrões dinâmicos de correlação. Os primeiros resultados compuseram a exposição "Ver Peixe" e o site http://www.verpeixe.tumblr.com, em um esforço de marcar a atualidade, o vigor e a importância da temporada da tainha nas praias de Florianópolis e as muitas habilidades e dinâmicas de relação com o ambiente marinho que ela devolve todos os anos à cidade.

Nos momentos de espera, "ver peixe" é o que todos os camaradas da pesca praticam, para tomar a decisão de botar a canoa na

água, lançar a rede, fazer o cerco, trazer para a praia, repartir os "quinhões". Na companhia dos "vigias", com quem aprendemos as sutilezas da percepção ambiental implicadas nessa prática, somos desafiados a ver de outra maneira – a olhar ao redor, varrer a costa panorâmica do mar com os olhos e ouvidos, sentir na pele as mudanças no clima e situar-nos em relação a tudo que se move e refaz a paisagem litorânea.

A praia da pesca da tainha não é a mesma praia do turismo de verão, ela é parte do sistema da pesca. A pesquisa demonstra que o conflito que se apresenta não é de uso de um mesmo lugar, mas, antes, de produção de lugares diversos que retomam sua existência a cada temporada.

Os pontos de vigia e de pesca revelam sua existência na temporada da tainha, explicitando os significados dos topônimos associados às pedras, aos sacos, aos cantos, às dunas que se conectam pela prática da pesca, marcando uma anterioridade das práticas tradicionais na paisagem costeira em relação à sua faceta de balneário. A noção de espaço público, longe de promover o uso dos espaços costeiros por todos, pode limitar práticas locais em prol de práticas de lazer valorizadas pelo turismo e pelo mercado imobiliário.

Enquanto o mercado imobiliário divide a costa em zonas de padrões diferenciados de ocupação, as práticas da pesca dividem a costa em espaços diversos de observação e captura de cardumes. O cardume que é capturado é o cardume que escapou de outra rede, da parelha vizinha, das praias vizinhas ou distantes, dos barcos que fazem o cerco em alto mar. A relação de "camaradagem" implica uma parceria na prática da pesca, que revela hierarquias, relações de gênero, vizinhança, disputas e alianças que não correspondem à ideia de comunidade pesqueira como algo isento de conflitos. Tais práticas permitem outros usos coletivos no ambiente marinho, formando uma praia diferente.

Referências

DEVOS, R. V. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2009.

DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A. L. C. Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 51-64, jul./dez. 2010.

DEVOS, R. V.; BARBOSA, G. C.; VEDANA, V. *Ver peixe*. Disponível em: <http://www.verpeixe.tumblr.com>. Acesso em: 20 nov. 2014.

GIBSON, J. J. *The ecologycal approach to visual perception*. New York: Psychology Press, 1986.

GONÇALVES, J. R. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

HUTCHINS, E. *Cognition in the Wild*. Cambridge: MIT Press, 1995.

INGOLD, T. *The perception of the environment*: essays on livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge, 2000.

A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS (SC) NA MIRA DAS REVITALIZAÇÕES URBANAS

Alicia Norma González de Castells (UFSC)
aliciacastells@superig.com.br

O mundo contemporâneo, concebido como unificado e plural, como heterogêneo e relacional (Augè, 1998), pressupõe a existência de diferentes tradições que deságuam no problema da comunicação entre os grupos ou segmentos delas portadores (Velho, 1999). Face a esse quadro vigente nos questionamos sobre a unidade e a descontinuidade do tecido social na cidade contemporânea. Ou de maneira mais acurada, quais são as possibilidades de comunicação dessas tradições nas novas intervenções urbanas sujeitas a padrões socioespaciais replicados de forma exponencial? Sob a perspectiva de Gupta e Ferguson (2000), é preciso focar as mutações dos espaços vividos sob as condições políticas e econômicas globais. Analisar essas lógicas espaciais concebidas em tensão dadas pelo encontro dos lugares imaginados à distância com as transformações desses mesmos lugares fruto da condição de espaços vividos. Apreender a dinâmica social da cidade contemporânea sob duas coordenadas atribuídas ao espaço que se encontra em permanente tensão: o espaço de representação e o espaço qualificado (Certeau, 1994).

As intervenções no território às quais nos referimos nesta reflexão, denominadas de revitalizações urbanas, pertencem a um leque extenso de ações realizadas pela esfera pública e privada em áreas da cidade em geral, identificadas com áreas antigas e degradadas – mas não exclusivamente –, depositárias de várias camadas de história, condição esta que lhes permite

usufruir valor agregado e ser alvo doce da esfera privada. Sob esse nome incluem-se diversas práticas de reconstrução, restauração, montagens de cenografias, entre outras; obras que, por sua vez, podem ser realizadas em ruas, praças, bairros, áreas degradadas, e por aí vai. As revitalizações são conhecidas também pelo nome de gentrificação ou enobrecimento, "prática conhecida pelas ações desenvolvidas pelas políticas públicas em conivência ou com fronteiras pouco nítidas com as forças do capital privado" (Smith, 2007; Bidou-Zachariasen, 2007; Proença, 2002).

A cidade de Florianópolis, foco desta análise, nas últimas décadas do século XX passou por mudanças significativas que a colocam como ponto de referência em nível nacional e internacional. A denominação que lhe fora atribuída pelas forças do mercado, de "ilha da magia", num apelo que procurava realçar prioritariamente suas belezas naturais, a qualidade de vida e o lazer, foi uma forte alavanca imagética para projetá-la nesses circuitos turísticos. As revitalizações urbanas realizadas e em via de realização fazem parte desse empreendimento. Resta saber o nível de ressonâncias que estas possam ter (Gonçalves, 2005). Essa nova imagem atribuída a Florianópolis pode ser lida desde um imaginário, desde um circuito de utopias do qual participam outras cidades de nossa contemporaneidade em nível mundial, e nesse novo cenário é preciso entender o que isso significa.

Referências

AUGÉ, Marc. *Hacia una antropología de los mundos contemporáneos*. Barcelona: Gedisa, 1998.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade*. São Paulo: ANNABLUME, 2007.

CASTELLS, Alicia; NARDI, Letícia (Orgs.). *Patrimônio cultural e cidade contemporânea*. Florianópolis: Edufsc, 2012. (Coleção Urbanismo e Arquitetura da Cidade).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONÇALVES, José Reginaldo dos S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença.* Campinas, SP: Papirus, 2000.

PROENÇA, Rogério Leite. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v. 17, n. 49, jun. 2002.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *De volta à cidade*: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: ANNABLUME, 2007.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

S474t Seminário NEAP (2. : 2014 : Goiania, GO)
O trabalho da memória e processos de patrimonialização / coordenação de Telma Camargo da Silva – Goiânia : Cânone Editorial, 2015.

110 p. ; 23cm.

(2 a 4 de setembro de 2014, Goiania, GO)

ISBN 978-85-8058-055-6

1. Memória – Aspectos sociais 2. Memória – Aspectos políticos 3. Interpretação do patrimônio natural e cultural 4. Sociologia 5. Antropologia I. Título II. Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões museais III. Silva, Telma Camargo da

15-0752 CDD 300

Av. Sucuri, Qd. 137, Lt. 29, Sl. 9, Setor Jaó
74674-010 - Goiânia-GO - Brasil
Telefone: (62) 3093 7082
www.canoneeditorial.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Esta publicação foi composta em Minion Pro
no ateliê da Cânone Editorial; a impressão se fez sobre
papel Pólen Soft 80g, capa em Cartão Supremo 300g/m², em 2015.